



Universidade de Brasília - UnB
Departamento de Serviço Social - SER
Trabalho de Conclusão de Curso

**Análise sobre a negociação entre o Governo do Distrito Federal e catadores de materiais
recicláveis no processo de encerramento das atividades irregulares do Aterro
Controlado do Jóquei, no período de 2015 a 2017**

SARA EVANGELISTA CARNEIRO DA SILVA

BRASÍLIA/DF

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**Análise sobre a negociação entre o Governo do Distrito Federal e catadores de materiais
recicláveis no processo de encerramento das atividades irregulares do Aterro
Controlado do Jóquei, no período de 2015 a 2017**

Sara Evangelista Carneiro da Silva

Monografia apresentada no Departamento de
Serviço Social da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharela em Serviço Social, sob a orientação da
Profª Drª Carolina Cassia Batista Santos

Brasília/DF

2018

Estudante: Sara Evangelista Carneiro da Silva

Banca Examinadora:

Orientadora

Profª Drª Carolina Cassia Batista Santos

Doutora em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Examinadora Interna

Sônia Marise Salles de Carvalho

Doutora em Sociologia do Trabalho - Universidade de Brasília (UnB)

Professora do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB)

Examinadora Externa

Sizue Imanishi

Socióloga - Universidade de São Paulo (USP)

Socióloga do Serviço de Limpeza Urbana (SLU)

*“Get up, stand up: stand up for
your rights! Get up, stand up:
don’t give up the fight!”*

*“Levante-se, levante-se. Lute por
seus direitos. Levante-se, levante-
se. Não desista da luta! ”*

(Bob Marley)

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer a Deus, pois acredito que tudo o que acontece em minha vida é de acordo com os planos Dele.

Agradeço a minha família por absolutamente tudo. Sem eles, nem na universidade eu estaria.

Agradeço à minha orientadora pelo tempo dedicado aos meus estudos e, acima de tudo, por ter acreditado no meu potencial.

Agradeço aos membros e estagiários do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, meu local de estágio durante dois anos, além de ter sido minha inspiração.

Agradeço aos/as meus/minhas amigos/as pelo tempo a mim dedicado nesse processo de escrita e em todos os momentos de compreensão.

Dedicatória

Dedico este trabalho ao professor Paul Singer (*in memoriam*), minha base de inspiração, que veio a falecer durante o desenvolvimento do trabalho.

Tal fato representa grande perda para o Brasil, haja vista ter sido ele o responsável por criar um sistema que vai, de forma limpa, de encontro ao capitalismo, sem desfavorecer ninguém: a Economia Solidária.

Verdadeiro mestre, se encontrou na escrita e produziu conteúdos incríveis sobre suas ideias.

Obrigada!

Resumo

Neste trabalho de conclusão de curso intentou-se analisar o processo de negociação entre o Governo do Distrito Federal e o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU), mais especificamente o processo de diálogo com os/as catadores/as de materiais recicláveis durante o período de transição em vista do encerramento das atividades irregulares que ocorriam no Aterro Controlado do Jóquei, mais conhecido como Lixão, situado na Cidade Estrutural.

Como metodologia de pesquisa utilizamos as técnicas de análise documental e observação participante. A partir deste enfoque, foram desenvolvidas sínteses de todas as ações necessárias para realizar os levantamentos, além de quadros sinóticos com todas as intervenções que o SLU participou de alguma forma durante o processo. A compreensão do diálogo ocorre mediante análise de conteúdo dos documentos selecionados. Os principais serão os relatórios finais de atividades do período de 2015 a 2017, publicados no site do SLU.

No decorrer do texto será estudado como o SLU fechou o Lixão com vistas às causas conquistadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, considerando-se que existiu uma contradição e uma demanda que precisava ser atendida. O GDF precisava fechar o Lixão, e os/as catadores/as, trabalhadores/as que conquistaram seu espaço de fala com o passar dos anos, queriam seus direitos. A decisão do GDF foi fechar o Lixão e oferecer um melhor local de trabalho a catadores do Distrito Federal, bem como buscar atender às demandas da categoria.

Ao final, será exposta uma análise de conteúdo do processo, realizada a partir do desenvolvimento do trabalho e observação participante da autora – em conjunto com algumas críticas e ideias que podem ser implantadas no decorrer do processo.

Palavras-chave: Catadores/as de materiais recicláveis; Cooperativismo; Economia solidária; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Serviço de Limpeza Urbana.

Siglas utilizadas

ACJ – Aterro Controlado do Jóquei

Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Adasa – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

Agefis – Agência de Fiscalização do Distrito Federal

Aidis – Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental

ASB – Aterro Sanitário de Brasília

Asbraco – Associação Brasiliense de Construtores

Assemae – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CDT – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília

Ciisc – Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CTR – Centros de Triagem de Resíduos

Detran – Departamento de Trânsito do Distrito Federal

DF – Distrito Federal

DPU – Defensoria Pública da União

EPE – Escritório de Projetos Estratégicos

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

GDF – Governo do Distrito Federal

Ibram – Instituto Brasília Ambiental

Iesb – Instituto de Educação Superior de Brasília

IFB – Instituto Federal de Brasília

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IRR – Instalações de Recuperação de Resíduos

Loas – Lei Orgânica de Assistência Social

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

Saan – Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SE – Secretaria de Educação

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Secriança – Secretaria de Estado da Criança

Sedestmidh – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

Sema – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

SLU-DF – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TMB – Tratamento Mecânico Biológico

UnB – Universidade de Brasília

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Wiego – Mulheres em Trabalhos Informais: Globalizando e Organizando

Lista de figuras

Figura 1. Símbolo do cooperativismo	28
Figura 2. Significado das cores do símbolo do cooperativismo	28

Lista de quadros

Quadro sinóptico das ações do SLU	46 a 50
Quadro sinóptico das ações promovidas pela Sedestmidh com apoio do SLU.....	66
Quadro sinóptico das inserções do SLU em outras ações voltadas à categoria de catadores/as de materiais recicláveis	68 a 71

Sumário

Introdução

Capítulo 1 – Embates sobre a economia solidária, cooperativismo e desenvolvimento sustentável na perspectiva do processo de homogeneização do capitalismo na cultura do lixo

- 1.1. Influências da cultura da competitividade
- 1.2. Neoliberalismo na perspectiva da economia solidária
- 1.3. Economia solidária
- 1.4. Cooperativismo
- 1.5. Desenvolvimento sustentável

Capítulo 2 – Base teórica da análise

- 2.1. Política Nacional de Resíduos Sólidos
- 2.2. Logística reversa
- 2.3. Análise dos relatórios de atividades anuais do SLU no período de 2015 a 2017

Capítulo 3 – Universo da pesquisa

- 3.1. O perfil do/a catador/a de material reciclável
- 3.2. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
- 3.3. Organização de catadores/as de materiais recicláveis
- 3.4. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
- 3.5. Por que valorizar o/a catador/a?
- 3.6. Ações de inclusão socioeconômica dos/as catadores/as de materiais recicláveis promovidas pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
- 3.7. Reconstrução histórica do processo de encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei
- 3.8. Ações intersetoriais para a inclusão socioeconômica dos/as catadores/as do Distrito Federal realizadas pelo SLU em conjunto com a Sedestmidh
- 3.9. Ações em prol da inclusão socioeconômica dos/as catadores/as de materiais recicláveis do Distrito Federal, nas quais o SLU esteve presente como parceiro ou participante, mas não como dirigente

Conclusão

Referências bibliográficas

Anexos

Introdução

O presente trabalho discorre sobre o desenvolvimento de uma análise da negociação entre o Governo do Distrito Federal e os/as catadores/as de materiais recicláveis no processo de encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei (ACJ), popularmente conhecido como o processo de fechamento do Lixão, no período de 2015 a 2017.

Sua idealização ocorreu a partir da concretização do estágio extracurricular realizado pela autora na autarquia, entre os anos de 2015 a 2018, com a proposta de acompanhar o processo de fechamento do Lixão. Inicialmente, o que mais chamou a atenção foi a iniciativa de ampliação do diálogo com os/as catadores/as, considerando-se a visão anarquista que pessoalmente a autora tinha com relação ao Governo – não acreditava que a efetivação do processo poderia ser possível.

Assim, o interesse de realizar a análise da negociação entre o Governo do Distrito Federal e os/as catadores/as de materiais recicláveis surgiu logo no início do estágio, momento de suma importância. É uma evolução para a cidade, marco inicial para que o lixo e a reciclagem tomem novo rumo na sociedade, bem como a valorização da categoria de catadores/as de matérias recicláveis, que têm suas lutas visibilizadas pelo Estado neste momento de mudança.

No início do processo, a primeira conquista viabilizada pelo Governo foi a ação de contratar cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis para realizar parte do serviço de triagem e coleta seletiva no Distrito Federal. O edital foi aberto, as cooperativas se inscreveram e a triagem do Governo para a contratação foi realizada, processo no qual as cooperativas que já atuavam no Lixão tiveram prioridade. O contrato prevê que as cooperativas sejam compostas apenas por catadores/as, realizem exclusivamente o serviço de catação e trabalhem sob o sistema cooperativista ou associativista. O valor dos resíduos triados precisa ser comprovado para o Governo, que, na sequência, paga as cooperativas e essas, por sua vez, rateiam o valor entre seus cooperados.

Deste modo, Santos (2013) afirma existir dois assuntos pertinentes à discussão no campo temático do cooperativismo que merecem destaque. O primeiro diz respeito a um movimento ligado à reestruturação na indústria que promove a criação de cooperativas prestadoras de serviços como mecanismo de terceirização do processo produtivo. O segundo, refere-se aos movimentos sociais que incorporam às suas pautas reivindicatórias o estímulo à ampliação das cooperativas de trabalho, baseado no parâmetro da superação da condição de

pobreza e desemprego, bem como a emancipação dos/as trabalhadores/as e a aposta na possibilidade de transformação das relações capitalistas a longo prazo. Portanto, todo o processo é realizado em prol do incentivo ao trabalho do/a catador/a.

O primeiro momento de leitura deste trabalho de conclusão de curso enfatizou as influências da cultura da competitividade, presente no sistema capitalista e a partir da qual emanam as desigualdades de classe. Assim, surge a categoria catador/a de material reciclável. São também abordados os princípios da economia solidária, com base nos conceitos criados por Paul Singer, o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável na perspectiva do neoliberalismo, pois ambos estão interligados no desenvolver do processo. O objetivo foi discorrer sobre a economia solidária como base no funcionamento das cooperativas nas Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR).

No segundo momento, a autora aborda a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a logística reversa, percorrendo todas as sugestões presentes com relação à adequação da tecnologia de destinação correta do lixo. Para a realização do processo é preciso que ocorra o incentivo a catadores de materiais recicláveis, principalmente porque a reciclagem no Brasil advém da existência da categoria. Ao final, a autora apresenta uma análise sintética dos relatórios finais de atividades do período 2015 a 2017, disponíveis no site do SLU. São expostos os princípios, missão, visão e valores da atual gestão da autarquia, a qual não desistiu dos processos e trabalhou incansavelmente para que o Aterro Sanitário¹ de Brasília fosse inaugurado, o Lixão fechado e as Instalações de Recuperação de Resíduos em funcionamento, com os/as catadores/as trabalhando em local adequado.

Posteriormente, a autora realiza a apreciação do universo da pesquisa. Primeiramente com ênfase no perfil dos/as catadores/as, os quais, em sua maioria, estão em situação de pobreza ou extrema pobreza, além de a baixa escolaridade ser um índice comum a todos.

São também apresentados os motivos pelos quais é importante valorizar o trabalho realizado pela categoria – cujo crescimento originou o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), de grande relevância para as conquistas dos/as

¹ O Aterro Sanitário de Brasília foi construído em Samambaia por alguns motivos específicos: distância mínima de núcleos populacionais; complexo de saneamento básico instalado; tratamento de chorume; área já modificada pelo homem; relevo com declividade suave e solo argiloso; distância mínima dos cursos d'água (200m). O Aterro foi construído para receber apenas rejeitos, restos de comida, borra de café, papéis gordurosos, lixos de banheiro, etc. Tem como meta a redução da quantidade de resíduos. A diferença na separação do lixo que existe no Aterro Controlado do Jóquei (ACJ) e no Aterro Sanitário de Brasília (ASB) é que no ACJ o lixo é depositado no local e a separação é feita por cerca de 2,7 mil catadores, já no ASB é feita na casa da população, por meio da coleta seletiva e pelo SLU em Centros de Triagem.

trabalhadores/as por ser o meio utilizado para organizar suas demandas, tendo como principal ponto o fato de trabalharem com o que ninguém tem mais interesse: o lixo. Por isso, são eles que proporcionam maior tempo de vida útil aos aterros sanitários, por meio do processo de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos. Ao final, são expostos os dados da análise, composto pela totalidade das ações de inclusão socioeconômica realizadas pelo Governo do Distrito Federal, com ênfase no Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

De acordo com Pinhel (2013), a partir de 1990, com as campanhas políticas de coleta seletiva e inclusão dos/as catadores/as, teve início a multiplicação de trabalhadores/as na categoria catador/a de material reciclável, principalmente em razão da construção de políticas e ações no gerenciamento de resíduos. A partir daí, começam a surgir alternativas para fortalecer a categoria e deixá-los mais independentes – e uma das alternativas que se tem mostrado eficaz é a organização em cooperativas.

Ainda com base em Pinhel (2013), as cooperativas eclodiram como uma saída a partir do surgimento da categoria catadores/as de materiais recicláveis. No Brasil, na década de 80, o papel já era reciclado. Há registros de compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo, principalmente garrafas e metais ferrosos. Com o decorrer do tempo, os “garrafeiros” foram sumindo e surgiu a categoria catadores/as de materiais recicláveis. Por meio da homogeneização do capitalismo o lixo entrou em um processo de mutação, gerando o surgimento em grande escala das embalagens e ampla difusão de produtos descartáveis, os quais têm curta vida útil no sistema capitalista.

Em 1961, a partir da inauguração de Brasília, teve início o Aterro Controlado do Jóquei, mais conhecido como Lixão do Distrito Federal – localizado na Cidade Estrutural, que integra o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA). Desde essa época, o trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis ocorreu de maneira precária, com pouquíssimas ou nenhuma condição de trabalho, quer em questões de qualidade do material que recebiam no Lixão, quer em relação aos riscos a que eram diariamente expostos.

Descoberta em meados de 1970, a Estrutural foi reconhecida como cidade em 1988, quando os/as catadores/as de materiais recicláveis e suas famílias se fixaram no local devido à existência do Lixão, fonte de sobrevivência para muitas famílias. Posteriormente, o crescimento do Aterro se tornou descontrolado a partir de 1996.

Em 2017, foi anunciado o encerramento das atividades irregulares do ACJ, ou fechamento do Lixão. Desde 2015, contudo, o Governo realizava alterações no sistema de manejo de resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal. Com vistas às modificações ocorridas

no decorrer do processo, conforme disposto no relatório final de atividades do SLU em 2015, o órgão trabalhou na viabilização da erradicação de grande parte das irregularidades existentes no Lixão, até então considerado o mais grave problema ambiental do Distrito Federal.

Foram anos de mudanças, pois, inicialmente, a prioridade para o órgão era a eliminação de todos os procedimentos ilegais que ocorriam na localidade do Lixão, não necessariamente seu fechamento absoluto. Dessa forma, o intuito do SLU foi o de fazer com que o antigo Lixão se transformasse em aterro cada vez mais controlado, visando possibilitar que o espaço se destinasse às atividades de manejo dos resíduos de construção civil, para instalação de estação de transbordo, usina de compostagem de resíduos orgânicos, entre outras atividades compatíveis com a legislação ambiental.

Em 2015, para que o fechamento do Lixão fosse o menos traumático possível para ambas as partes, teve início a ampliação do diálogo entre os/as catadores/as e o SLU. Em 2016, ocorreu a primeira contratação de cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis. Quatro cooperativas foram contratadas para retomar a execução dos serviços da coleta seletiva em cinco das 14 RAs que tiveram a coleta temporariamente suspensa. O início desse processo gerou um impacto social devido ao modelo de contrato formalizado, pois exigia capacitações a serem desenvolvidas nos/as catadores/as.

As capacitações são fundamentais para tornar claras as responsabilidades das cooperativas e do Serviço de Limpeza Urbana – previstas no contrato para a prestação do serviço –, bem como orientar os procedimentos adequados para a realização da coleta e da educação ambiental, além de elevar a escolaridade dos trabalhadores/as.

De acordo com Santos (2013), o trabalho de catador/a, por não exigir qualificação específica, apenas algum conhecimento básico sobre os materiais e alguma prática, absorve um tipo de trabalhador/a de baixa escolaridade, sem qualificação e que encontra cada vez mais dificuldades para inserir-se no mercado de trabalho. Existe uma consciência comum entre os trabalhadores/as quanto à condição de exclusão social.

Em 17 de janeiro de 2017 foi inaugurado o Aterro Sanitário de Brasília. A partir de então, 30% dos resíduos da coleta convencional, que se fosse realizada da forma correta seria apenas orgânico, foram destinados ao Aterro. Nesse mesmo ano, houve a contratação de mais cinco cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis.

No decorrer do processo, o SLU efetivou uma busca por galpões para alugar, até que os definitivos fossem finalizados. Os galpões são denominados de Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR). Quatro galpões foram alugados e adequados para a realização do serviço de recepção, triagem, prensagem, enfardamento e comercialização exclusivamente dos materiais da coleta seletiva.

Em todo o período do processo de fechamento do Lixão, findo no dia 20 de janeiro de 2018, o SLU esteve semanalmente presente no Lixão para realizar atendimentos informativos a catadores/as. Assim, foi possível captar suas demandas, com possibilidade de repassá-las às demais entidades envolvidas no processo. A principal demanda dos/as catadores/as era que o Governo disponibilizasse compensações financeiras durante os primeiros momentos da transição até a efetivação do processo.

Contudo, a **pergunta** de pesquisa é: para a garantia do trabalho, como se deu o processo de negociação entre o Governo do Distrito Federal e os/as catadores/as de materiais recicláveis após o encerramento das atividades irregulares que ocorriam no Lixão?

Tendo como **objetivo geral** da pesquisa: analisar o processo de negociação realizado pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, em virtude do encerramento das atividades irregulares que ocorriam no Lixão com os/as catadores/as de materiais recicláveis no período de 2015 a 2017. Incluindo como **objetivos específicos**: compreender as ações do Governo do Distrito Federal no processo de negociação do encerramento das atividades irregulares do Lixão; compreender se durante essa negociação os/as catadores/as ampliaram suas oportunidades no mercado de trabalho; compreender as ações de inclusão social realizadas pelo SLU.

Como **hipótese**, considera-se que durante os anos de 2015 a 2017 o Governo do Distrito Federal ampliou o diálogo com os/as catadores/as de materiais recicláveis do DF a partir das reivindicações da categoria e do novo edital de contrato de triagem e coleta seletiva, que integra sugestão exposta na Política Nacional de Resíduos Sólidos. A PNRS põe os/as catadores/as como pauta, a partir da percepção da importância da reciclagem e reutilização, processo só possível no Brasil por meio do trabalho dos/as mesmos/as.

Todo o processo foi histórico para Brasília, devido ao encerramento das atividades irregulares do ACJ, que foi o estopim para a elaboração de ações de vários tipos – e acredita-se que estas foram realizadas na perspectiva de inclusão socioproductiva dos/as catadores/as na cadeia produtiva.

A metodologia da pesquisa teve como técnicas a análise documental e observação participante, objetivando analisar o processo de evolução da negociação ocorrida entre

Governo e os/as catadores/as de materiais recicláveis, no período de 2015 a 2017. Foi utilizado um levantamento bibliográfico com o intuito basicamente exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, de levantar a bibliografia em artigos e teses relacionadas à temática e proporcionar maior familiaridade com o problema abordado.

A instituição analisada é o Serviço de Limpeza Urbana do DF. O diálogo de negociação foi estudado por meio dos relatórios finais de atividades dos anos de 2015, 2016 e 2017, publicados no site oficial do SLU. Os documentos selecionados foram submetidos à análise de conteúdo. Toda a análise metodológica enfatizou a contradição: Governo quer fechar o Lixão x catador/a quer seus direitos. O **público-alvo** do trabalho são os/as catadores/as de materiais recicláveis.

Para Nascimento (2009), a Análise Documental (AD) é um dos momentos mais explorados pela literatura da Ciência da Informação ante a necessidade de informação do usuário e do potencial informativo do documento.

De acordo com May (2001), a observação participante pode ser conceituada como o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural, com o propósito de desenvolver um entendimento científico.

Os relatórios de atividades do SLU são desenvolvidos por membros da autarquia em todos os finais de ano. A partir da análise desses relatórios foi realizada a triagem das ações socioeconômicas com os catadores/as, com vistas à criação de um documento-síntese para a autarquia – documento esse elaborado por membros da instituição, incluindo a autora, que utilizou seu conteúdo para elaborar o presente trabalho de conclusão de curso.

Sequencialmente, foram sintetizados quadros sinópticos, apresentados no Capítulo 3 deste trabalho. Trata-se de uma junção das ações que o SLU foi participante ou dirigente no período de transição, de 2015 a 2017.

A construção da síntese, elaborada a partir da triagem dos documentos e em construção na autarquia, ocorreu a partir de reuniões formais e/ou informais com os trabalhadores/as da instituição. A autora deste trabalho participou ativamente de sua construção, porém o contrato com a autarquia acabou antes da publicação do trabalho.

Para responder à pergunta problema da pesquisa e confirmar a hipótese, o primeiro passo é a revisão de literatura realizada ao longo dos primeiros meses da pesquisa, visando encontrar base teórica para a análise dos dados. A partir disso, realizar um aprofundamento do assunto por meio de documentos internos existentes no SLU que comprovassem a evolução no diálogo entre o Governo do Distrito Federal e os/as catadores/as. Posteriormente, foi

analisado mediante observação participante o andamento dos contratos de triagem e coleta seletiva, com o objetivo de identificar o despertar de consciência nos/as catadores/as com relação à inclusão socioeconômica.

Capítulo 1. Embates sobre a economia solidária, cooperativismo e desenvolvimento sustentável na perspectiva do processo de homogeneização do capitalismo na cultura do lixo

1.1. Influências da cultura da competitividade

De acordo com as análises descritas por Singer (2002), atualmente os princípios da economia capitalista estão tão imbricados na sociedade que a competição se tornou algo normal, como forma de sociabilidade. Nas sociedades com princípios da economia capitalista existem dois formatos de percepção da interação social: o competitivo, que abarca parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.; e o solidário, que diz respeito às relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho, em esportes de equipe etc.

Nesse sentido, Singer (2002) destaca o entendimento de que toda a competição, ao seu final, acaba sendo destrutiva para algum dos lados, pois elimina jogadores necessários às finalidades da própria competição. Além de resultar na concentração do capital, que de acordo com Marx (1999) é uma das consequências da competição. A competição entre as gerências das firmas com o objetivo de maximizar o lucro final desencadeia uma competição generalizada entre os grupos burocráticos, os quais formam hierarquias administrativas nas empresas. Tal competição tem o propósito de melhorar o desempenho conjunto das empresas.

Sendo assim, Singer (2002. p. 11) entende que para alcançar uma competição conjunta existe um esforço importante no tocante ao espírito de “equipe” entre todos os indivíduos. Porém, dentro desse quadro competitivo nascem contradições e uma delas é que em certos casos faz-se necessário que o espírito competitivo prevaleça; em outros, é preciso que o espírito de cooperação esteja em primeiro lugar.

A partir dessa contradição surge um problema: a sempre prevalência de atitudes competitivas, mesmo quando as situações requerem atitudes cooperativas. Esse fato faz com que a competição se torne um círculo vicioso. A sociedade competitiva se torna culturalmente condicionada a acompanhar apaixonadamente as competições, quer no plano econômico, político ou esportivo.

No que abrange os entendimentos de Singer (2002), nos EUA, por exemplo, a expressão *loser* [perdedor] é pejorativa, pois perder não é aceito como algo normal. A derrota não tem desculpa. A competição torna-se um fim em si, sem competição não há progresso. Isso faz com que a solidariedade se torne a arma dos desprovidos de capital, porque é a posse de capital que permite, em princípio, competir. Nessa perspectiva, é possível perceber que entre os pobres o espírito competitivo é menos presente, começando pelo fato de que faltam

recursos para premiar os vencedores. A infindável carência de tudo o que proporciona qualidade de vida torna o repartir um comportamento racional.

A vida do pobre está muito sujeita ao acaso; ela é frágil porque os pobres carecem também dos seguros que dão aos não-pobres confiança em si e esperança no futuro. O pobre não tem patrimônio familiar para herdar, não tem seguro de vida contra acidentes, fogo, roubo, etc., sequer tem, muitas vezes, inscrição no seguro social obrigatório (que no Brasil constitui a fronteira entre o trabalho formal e informal). O pobre não tem esperança no futuro, antes teme o amanhã, pois uma avaliação realista de suas possibilidades de melhorar não lhe permite otimismo (SINGER, 2002, p. 104).

Por isso, a solidariedade entre os pobres substitui os seguros faltantes. As pessoas se ajudam mutuamente, porque se hoje tenho condições de dar, é provável que amanhã vou precisar que alguém me dê. A solidariedade entre os pobres não é calculista, nem sempre ela é motivada por avaliações realistas como a referida acima. Entre pobres a cultura da solidariedade se desenvolve “naturalmente” (SINGER, 2002, p. 105).

Dessa forma, a cultura da competitividade é a cultura presente no atual sistema em que estamos inseridos: o capitalista. Esse percurso gera a desigualdade social, conseqüentemente as questões sociais. Desse imbróglio originou-se a categoria de catadores de materiais recicláveis – esse percurso será melhor descrito a seguir.

1.2. Neoliberalismo na perspectiva da economia solidária

Para tratar deste assunto, faz-se necessário que sejam reveladas expressões do neoliberalismo nas últimas décadas no Brasil. Sendo assim, de acordo com Mance (2010), a concepção neoliberal enfatiza: (i) competição entre os agentes privados no mercado; (ii) a abertura ampla do país aos fluxos e à participação do capital externo; (iii) a redução do papel do Estado como ator econômico; (iv) a privatização de empresas públicas; (v) as políticas monetárias e cambiais favoráveis à atração de capitais estrangeiros; (vi) a aquisição de empresas privadas nacionais por empresas estrangeiras ou as fusões de umas com as outras; (vii) o fortalecimento do poder do capital na organização da sociedade.

Nessa perspectiva, pensava-se que a presença das corporações transnacionais ampliaria a forma de desenvolvimento nacional no âmbito econômico, pois a livre concorrência e a preservação de seus próprios ganhos prevaleceria e, a partir daí, se

consolidariam suas posições no mercado interno por meio de investimentos de capitais e desenvolvimento tecnológico, o que poderia vir a favorecer a estabilidade econômica e o crescimento do país.

Entretanto, esta saída levou o Brasil ao desemprego em massa nos anos 80 e 90 e a subalternidade da política econômica nacional se tornou cada vez mais dependente das transnacionais para sustentar a estabilidade econômica e monetária do país. A partir desse caminho, o Brasil se tornou um grande exportador de capital, não somente pelo pagamento dos juros vindos de uma dívida externa gigantesca, mas também devido à elevação dos lucros enviados pelas multinacionais para suas matrizes.

De acordo com Rodrigues (2007), o Brasil é um país rico, porém com a riqueza mal distribuída. Nesse âmbito, surgiram os princípios tecnológicos da economia solidária, a ser apresentada no próximo item, numa perspectiva de tecnologia social, onde a tendência é obter resultado com base no baixo custo e baixo impacto, atendendo às necessidades do consumo de forma consciente.

1.3. Economia solidária

Com base no contexto de que na população pobre a competitividade é menor, não surpreende que as organizações sociais e econômicas idealizadas e sustentadas por es/as de materiais recicláveis tenha mais ênfase na solidariedade que na competitividade. A economia solidária compreende variados tipos de “empresas”, como, por exemplo, associações ou cooperativas de voluntários com o objetivo de proporcionar benefícios econômicos aos associados ou cooperados. O aumento da pobreza mundial e o acirramento das expressões da questão social, entre elas a periferação das classes subalternas e a criminalização, são apenas ônus que vêm sendo adquiridos pela classe trabalhadora residente nas periferias.

Nesse contexto, o modo de produção capitalista, segundo Mance (2010), converte a natureza em capital natural, as sociedades em capital social, os seres humanos em capital humano, o que instrumentaliza a vida em favor da geração de lucros e leva à tragédia ambiental e humana de nossos dias: ecossistemas sendo destruídos, o aquecimento global gerando catástrofes ambientais em todo o planeta, além da concentração de renda assustadora, com mais de um bilhão de pessoas vivendo o drama da fome no mundo e cerca da metade da população ocupada situando-se abaixo da linha da pobreza. Portanto, sem a afirmação de políticas eficazes e efetivas com vistas à economia capitalista, a degradação ambiental e a exclusão social se tornarão cada vez mais acentuadas.

Nesse contexto, é essencial discorrer sobre as consequências deste processo no Brasil a partir dos anos 90, com o avanço do neoliberalismo e a expansão do processo de contrarreforma (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), tanto no âmbito da proteção social quanto no mundo do trabalho. Justamente por isso, o crescimento da economia solidária no Brasil pode ser compreendido pela busca de uma transformação eficiente e eficaz dos países, em suas dimensões econômicas, políticas e culturais, com vistas à sustentabilidade econômica, ecológica e solidária.

A consequência do início desse processo foi o aumento do desemprego e das formas precarizadas de trabalho, com destaque para o trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis. É nessa linha do crescimento do desemprego que a partir dos anos 90, segundo Singer (2002), ocorre a ressurreição da economia solidária no Brasil, apresentada como uma saída para a crise do emprego formal e protegido. Dessa forma, ainda segundo Singer (2002), a saída lógica após a crise foi organizar os pequenos empreendedores em empresas solidárias que realizassem, em nome deles, as compras e vendas, proporcionando-lhes o que os economistas chamam de poder de mercado.

Dentro do contexto de economia solidária, o que caracteriza as empresas é a escassez de capital, decorrente da pobreza, e a prática solidária, a qual consiste na generosidade que não proporciona ao indivíduo futuras compensações. Segundo Singer (2002), a primeira dessas exigências é que a empresa empregue um número suficiente de pessoas para que seja possível dividir o trabalho em tarefas distintas – e especializar algumas no gerenciamento de produção, de vendas, financeiro etc. Porém, não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, porque o capital concentrado incorpora o progresso técnico e, assim, determina as condições de competitividade em cada mercado.

Então, entende-se que a economia solidária é um sistema que vai de encontro ao que é imposto pelo capitalismo. É um processo que caminha em conjunto com os participantes, onde todos têm os mesmos direitos e deveres – podem ser distintos com relação às suas atividades, mas financeiramente falando o lucro é o mesmo. Por isso, no interior da economia solidária se dá o cooperativismo, base dos novos contratos realizados pelo SLU. Há contradições com relação a essa questão, pois o SLU é uma instituição governamental, mas existe internamente o processo de incentivo a catadores para trabalharem sob os princípios do cooperativismo, o que a seguir será melhor discorrido.

Adicionalmente, com os novos contratos o valor da comercialização dos resíduos triados pela cooperativa precisa ser comprovado por meio de documentos comprobatórios,

para que o SLU pague à cooperativa o valor referente a tonelada de material vendido – valor posteriormente rateado entre os cooperados.

1.4. Cooperativismo

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. (REISDORFER, 2014, p. 16).

Cooperado é o membro parte da cooperativa, é o trabalhador rural ou urbano, profissional de qualquer atividade socioeconômica, que se associa para ativamente participar de um dos segmentos cooperativos, assumindo responsabilidades, direitos e deveres. (REISDORFER, 2014, p. 16).

O cooperativismo visa expandir conhecimento com relação a uma estrutura que é dirigida pelo trabalho em conjunto, objetivando atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas. Quando se entra no discurso do cooperativismo, não há como fugir da analogia com a cooperação – relações que as pessoas estabelecem entre si visando um mesmo objetivo.

Cooperação é entendida como o método de ação pelo qual indivíduos ou famílias, com interesses comuns, se propõem a constituir um empreendimento no qual os direitos de todos são iguais e as sobras alcançadas são repartidas somente entre os associados, de acordo com a sua participação na atividade societária. É uma forma de trabalho que, de forma coletiva, planeja os serviços, produção, comercialização e outros necessários ao alcance dos objetivos do grupo. Isso significa unir e coordenar meios e esforços de cada um para a realização de uma atividade comum, visando alcançar um resultado procurado por todos (REISDORFER, 2014, p. 15).

De acordo com Reisdorfer (2014), a partir da Revolução Industrial houve significativo índice de exclusão social, devido ao célere desenvolvimento, o qual não beneficiou a todos. Nesse sentido, a cooperação veio como uma necessidade, meio de sobrevivência, através do agrupamento de pessoas que decidem trabalhar em conjunto, em prol do mesmo objetivo, ou seja, as pessoas que não foram alcançadas com os benefícios do desenvolvimento produzido se organizam de forma solidária para se contraporem aos efeitos do capitalismo.

As cooperativas nascem concomitantes ao processo de desenvolvimento do capitalismo em meados do século XIX como resposta às consequências da doutrina liberal e individualista, a partir do acréscimo do número de pessoas da classe trabalhadora em situação de vulnerabilidade.

O modelo existe acerca de 170 anos, estando presente em vários campos de atuação, com o intuito de colocar em prática um modelo econômico mais justo e igualitário, unindo crescimento ao desenvolvimento social. A ideia do cooperativismo tem por base o trabalho em conjunto, como a ajuda mútua, solidariedade, igualdade, equidade, responsabilidade social, democracia e transparências.

Dentro da perspectiva de raciocínio do cooperativismo, existem sete princípios:

1. **Adesão voluntária e livre:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas que tenham o interesse e sejam aptas a usufruir dos serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo ou gênero social, racial, político ou religioso;
2. **Gestão democrática:** as cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, os quais participam ativamente na formulação de suas políticas e tomadas de decisão. São eleitos representantes que se tornam responsáveis diretos pelas pessoas que atuam na organização. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm direitos iguais de voto (um voto por membro); as cooperativas de segundo grau são também organizadas de maneira democrática, pois trabalham com vínculo com cooperativas de primeiro grau;
3. **Participação econômica:** os membros contribuem equivalentemente para o capital comum da cooperativa e o controlam democraticamente. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados a benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa;
4. **Autonomia e independência:** as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros. Caso firmem acordo com outras organizações ou recorram a capital externo, faz-se necessário que tais procedimentos ocorram em condições sob o controle democrático de seus membros e que se mantenha a autonomia da cooperativa;

5. **Educação, formação e informação:** as organizações cooperativistas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos/as trabalhadores/as, em prol do desenvolvimento da organização/negócios;
6. **Intercooperação:** cooperativismo é sinônimo de trabalho em conjunto. Quer em união às estruturas locais, regionais, nacionais ou internacionais, a finalidade é unir-se em torno de um bem comum;
7. **Interesse pela comunidade:** interesse por contribuir, por meio de políticas decididas internamente, com o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Além disso, são também atribuídos valores ao cooperativismo relacionados aos princípios acima citados, os quais têm a finalidade de exemplificar quesitos comportamentais necessários do associado à cooperativa:

1. **Solidariedade:** é importante que o trabalhador seja solidário, independente e disposto a estabelecer vínculos no local de trabalho, com base no apoio mútuo;
2. **Liberdade:** o primordial é o direito de considerar os valores, princípios e potencialidades do movimento, para que seja possível cultivar uma liberdade voluntária, porém baseada nas regras autoimpostas que visam ao bem comum;
3. **Democracia:** significa participação em todas as reuniões, direito de fala e exposição de opiniões, oportunidades de funções diretivas e o respeito ao direito de todos;
4. **Justiça social:** o acesso econômico dos associados/cooperados se relaciona com a cultura, qualidade de vida, oportunidades de trabalho e de realização pessoal;
5. **Equidade:** tem um sentido singular quando baseada no cooperativismo: a associativa, a econômica e a social.

A seguir, será apresentado o símbolo representativo do cooperativismo, junto com o significado de cada cor.



Figura 1. Símbolo do cooperativismo

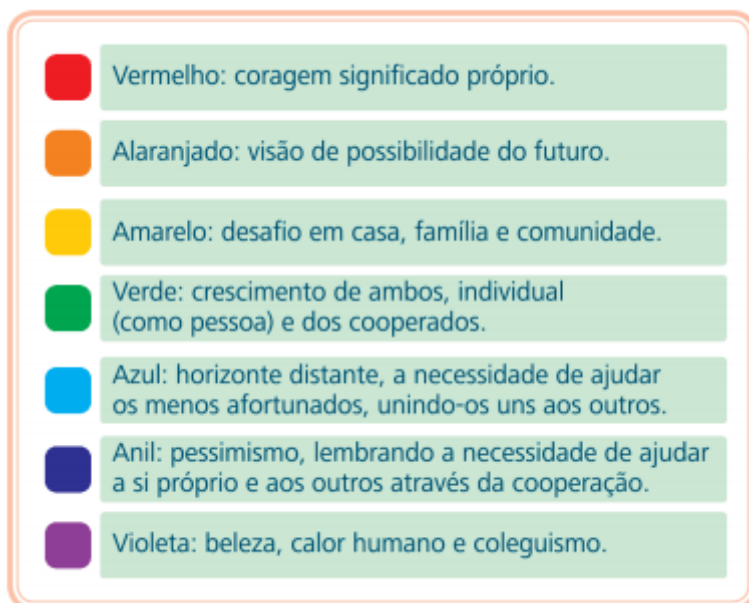


Figura 2. Significado das cores do símbolo do cooperativismo

Portanto, é a partir do trabalho sob a ótica do sistema cooperativista que os/as catadores/as trabalham nos princípios da economia solidária, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Ressalte-se ainda não existir no país uma política efetiva para o destino correto do lixo. O processo de reciclagem, para ser efetivamente viabilizado, depende do trabalho do/a catador/a de material reciclável. Consequentemente, a partir da política de reutilização, os recursos naturais são cada vez menos explorados.

1.5. Desenvolvimento sustentável

Com base nos argumentos elaborados por Mance (2010), o desenvolvimento sustentável é o que considera as dimensões do desenvolvimento para que seja justo, equilibrado e duradouro. Assim, o sujeito do desenvolvimento é visto como as coletividades humanas, que operam na autogestão e atuam em redes sociais e economias solidárias; coletividades que não podem ser reduzidas a fatores econômicos, como capital ou trabalho.

A forma política que advém desse desenvolvimento é a democracia participativa, consolidada pelo poder público, assegurando às comunidades o direito de participar e decidir sobre os investimentos e intervenções realizadas em seus territórios.

Segundo Mance (2010), a base orgânica desse desenvolvimento é a economia solidária. Portanto, nesse processo é destacado: (i) o trabalho emancipado, autogerido, na produção de bens e serviços que atendem às necessidades e vontades da população, das

comunidades humanas em suas localidades; (ii) o consumo responsável e solidário, reafirmando o papel do consumo consciente com relação à existência social básica humana, a qual interage com consumidores/as, compradores/as e produtores/as na promoção recíproca de ampliação do bem-estar de todos; (iii) o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis reafirmadas na diversidade de biomas do país e à proteção do equilíbrio dos ecossistemas; (iv) a redução da jornada de trabalho e ampliação do tempo livre de trabalhadores/as; (v) a integração econômica internacional, com o intuito de equilibrar os fluxos de valores, produtos e serviços com outras nações.

Logo, o que se compreende é que o desenvolvimento sustentável, a economia solidária e o cooperativismo são processos que caminham juntos. Não há como fazer uma política sem abarcar esses três processos. A seguir, exploraremos os conceitos baseados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que descreve o incentivo a catadores de materiais recicláveis. Vale ressaltar que a PNRS é uma política que reúne questões que resultam no desenvolvimento sustentável e ampliação da vida útil dos recursos naturais.

Capítulo 2. Base teórica da análise

2.1. Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Lei 12.305/10 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Passo importante, pois permite ao país as evoluções necessárias para o enfrentamento de problemas ambientais, sociais e econômicos ocorridos pelo manejo inadequado dos resíduos sólidos. A lei disponibiliza o instrumental para a prevenção e redução na geração de resíduos, visando proporcionar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aqueles que dispõem de valor econômico e podem ser reciclados ou reaproveitados), bem como a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (os quais não têm valor e não podem ser reciclados ou reutilizados). A lei tem por princípio estabelecer a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, cidadãos e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos no contexto da logística reversa dos resíduos e embalagens após serem consumidos.

Adicionalmente, designa metas para a eliminação dos lixões e organiza instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, metropolitano e municipal; também impõe que os particulares elaborem seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos. Contribui para que o Brasil se iguale aos principais países desenvolvidos, com relação à inclusão de catadores/as de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na logística reversa quanto na coleta seletiva.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o processo de contratação de cooperativas e associações realizado pelo SLU tem como base a PNRS, objetivando a resolução de problemas relacionados à gestão de resíduos sólidos. Com isso, o órgão envolve diretamente as cooperativas e associações nos segmentos ligados à gestão e na busca por alternativas para a implementação de recursos.

2.2. Logística reversa

De acordo com a Política Nacional de Economia Solidária, a logística reversa aborda a integração das organizações de catadores/as de materiais recicláveis. Representa uma possibilidade de geração de renda para os/as catadores/as. Possui responsabilidade sobre a disposição e destinação mais adequada para o meio ambiente aos resíduos sólidos e/ou sua coleta e restituição para o reaproveitamento nos ciclos produtivos.

Na implementação da logística reversa, é prioridade a participação de cooperativas ou associações de catadores/as de materiais recicláveis. Então, incluir a categoria nos processos

de logística reversa nos estados representa respeitável parceria entre o setor empresarial – que gera os resíduos sólidos – e os/as catadores/as, que podem auxiliar as empresas a cumprir com as obrigações legais.

Para a promoção desta integração, no âmbito dos convênios estaduais, os governos devem mapear as cadeias produtivas mais representativas no estado, identificar o interesse dos/as catadores/as, promover a articulação entre as empresas geradoras e compradoras de materiais recicláveis e os empreendimentos econômicos solidários compostos por catadores/as;

O principal setor a ser afetado pelas normativas da logística reversa que compreende o trabalho dos/as catadores/as é o de “embalagens em geral”. Porém, também é possível pensar em outras cadeias produtivas que podem inserir o trabalho dos/as catadores/as, a depender dos arranjos locais de produção.

É possível, portanto, entender que a logística reversa faz com que o produto volte à cadeia produtiva e, a partir disso, a empresa geradora arque com as despesas para o processo. Compete à empresa que produz o reciclável pagar pelo processo necessário para que o produto volte à cadeia de reciclagem.

Nessa perspectiva, são expostos alguns dos pontos principais da Lei 12.305/10:

Acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, com base na implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes dos ciclos de vida dos produtos, nos termos desta lei;

Logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

Coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

Ciclo de vida do produto: etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

Catadores/as de materiais recicláveis: incentivo a mecanismos que fortaleçam a atuação de associações ou cooperativas, o que é fundamental na gestão dos resíduos sólidos. Além disso, são protagonistas na PNRS, pois ela promove a integração dos mesmos nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Nesse sentido, o SLU, em sua atual gestão, busca trabalhar dentro dos conformes da gestão por resultados. Seu norte para o trabalho é a política nacional de resíduos sólidos. A seguir, é apresentada a análise dos relatórios de atividades finais da autarquia relativa aos anos 2015 a 2017.

2.3. Análise dos relatórios de atividades anuais do SLU dos anos 2015 a 2017

Neste tópico, todo o conteúdo abordado foi retirado dos relatórios de atividades anuais disponíveis no site oficial do SLU. Foram analisados os relatórios dos anos de 2015, 2016 e 2017. A análise focou as ações referentes a catadores de materiais recicláveis, com vistas ao processo de encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei.

Em 2015, o SLU alcançou as seguintes metas com relação ao início do processo de encerramento das atividades irregulares do ACJ: (i) melhorar a operação do ACJ, implantar sistema de monitoramento e controle de entrada e saída de resíduos. Essa meta foi elaborada com base no Decreto 36.437, de 2 de abril de 2015, que diz respeito à criação de um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar e executar o plano de intervenção no ACJ, com vistas ao encerramento das atividades irregulares ocorridas no local – trabalho realizado com êxito; (ii) propiciar espaços adequados de trabalho para as associações e cooperativas e contratação do serviço por eles/as prestado. No entorno do ACJ existem dois galpões que operam de forma indigna para apoio ao processo de seleção dos materiais da coleta seletiva. Foi elaborado um projeto para a recuperação dessas unidades e iniciada a reestruturação de outros galpões. Realização do processo de contratação das quatro primeiras Instalações de Recuperação de Resíduos; (iii) equacionar a destinação dos resíduos sólidos urbanos no DF, tornando-o ambientalmente adequado, e realizar a disposição final dos rejeitos em aterros sanitários, de acordo com a Lei 12.305/10 e o Decreto Federal 7.404/10. Os projetos do Aterro Sanitário

foram resgatados junto a outras instituições, e concluídos os projetos e reformas das duas unidades de tratamento mecânico biológico.

Também foram instituídos desafios e metas para 2016, ficando prevista a elaboração do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, que aprova a cessão de uso de recursos federais, além do cumprimento da PNRS. Com relação à destinação final dos resíduos, a meta é que em 2016 os rejeitos sejam aterrados no Aterro Sanitário. Portanto, no segundo semestre de 2016 deverá ser inaugurado o primeiro Aterro Sanitário do Distrito Federal – cujas obras foram iniciadas e paralisadas em 2014, sendo retomadas em 2015. O desafio foi colocá-lo em funcionamento no segundo semestre de 2016. A reformulação da coleta seletiva também foi tida como desafio para 2016, além da retomada nas localidades onde foi suspensa.

Em janeiro de 2015, houve a posse do governador. Concomitantemente, foi nomeada a nova Diretoria Geral, que tem como metas de gestão: desenvolver a política e melhorar o percentual de tratamento dos resíduos, dar destinação ambientalmente correta, reduzir resíduos sólidos urbanos e a disposição final dos rejeitos em aterros sanitários.

A atual gestão da autarquia, iniciada em 2015, apresenta a seguinte missão e valores:

Missão: “Mobilizar a comunidade para a manutenção da limpeza dos espaços públicos, tratar e dispor adequadamente os resíduos sólidos urbanos”.

Valores: (i) transparência e divulgação dos dados e das informações; (ii) valorização e busca do aprimoramento contínuo dos/as servidores/as e colaboradores/as (iii) inovação de gestão tecnológica; (vi) respeito e abertura da participação ao cidadão; (v) responsabilidade socioambiental; (vi) gestão eficiente dos resíduos sólidos urbanos no DF.

A compostagem é realizada com os resíduos orgânicos advindos de unidades de Tratamento Mecânico Biológico (TMB) do P Sul (Ceilândia) e da L4 Sul, que são processados no P Sul. No momento em que as unidades processam alta quantidade de resíduos por hora, maior é a produção de rejeito. Ante tal fato, foi estudada uma forma de redução da quantidade processada, com o intuito de melhorar a seleção dos resíduos secos pelos/as catadores/as e a qualidade dos resíduos orgânicos para a compostagem e, assim, reduzir o rejeito a ser destinado ao ACJ.

No tocante ao planejamento estratégico situacional do SLU/DF, o reconhecimento dos/as catadores/as na gestão integrada dos resíduos sólidos e a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos foram questões pontuadas como problemas e desafios da instituição. Dessa forma, a autarquia passou a trabalhar com o conceito Gestão por Resultados – modelo muito utilizado no setor público, onde os/as gestores/as elaboram os planos de ação com o foco nos resultados.

Internamente, existe um órgão colegiado de natureza constitutiva, criado pela Lei 660, de 27 de janeiro de 1994, e constituído por 44 conselheiros: titulares e suplentes, representantes da sociedade civil e do Governo de Brasília. Denominado Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), tem por finalidade zelar pela correta aplicação das normas legais e regulamentares relacionadas à Política Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com relação ao acompanhamento e avaliação da gestão dos serviços prestados e exercício do controle social regido pela Lei Distrital 5.418, de 24 de novembro de 2014. O papel destinado a esse Conselho é o de construção conjunta de uma política capaz de responder às demandas definidas no tratamento de resíduos sólidos.

Os resíduos sólidos secos, coletados de forma seletiva pelo SLU, são destinados para as organizações de catadores/as de materiais recicláveis. Em 2015, foram identificadas 33 organizações de catadores/as atuando no DF. A disposição final dos resíduos está vinculada às formas de coleta: o SLU realiza a coleta convencional e seletiva dos resíduos gerados no DF; a convencional dispõe os resíduos para duas unidades de tratamento, para quatro unidades de transbordo e diretamente para o ACJ, assim como os rejeitos. A seletiva foi suspensa em 14 RA no ano de 2015, o material coletado foi direcionado às 14 organizações de catadores/as de materiais recicláveis.

O ACJ era o local utilizado para a disposição final dos resíduos no solo desde a década de 60. Em 2015, ainda recebia 100% dos resíduos coletados no DF, o que equivale, aproximadamente, a 2.900 t/dia de resíduos sólidos urbanos e 6.000 t/dia de resíduos de construção, de demolição, resíduos volumosos, podas e galhadas. Só não recebia os resíduos dos serviços de saúde, eletroeletrônicos e pneumáticos. Em 2015, o ACJ recebeu cerca de 874.585 toneladas de resíduos domiciliares.

Nesse sentido, os impactos sobre os recursos hídricos são preocupantes, principalmente tendo em vista que a quantidade de chorume em contato com o solo pode contaminar as águas subterrâneas por meio da infiltração no solo. Outro fator que tornou a

situação ainda mais alarmante é que os mananciais da região são utilizados pelos moradores da Cidade Estrutural, fazem parte da bacia do Lago Paranoá. Ocupando cerca de 200 hectares, limítrofes à área do Parque Nacional de Brasília, o ACJ se tornou um problema, devido à degradação ambiental e ao fato do local ter se tornado um centro de conflito social, em vista da quantidade de pessoas que trabalham informalmente no local, de forma indigna.

No entanto, em 2016, os desafios e metas alcançados que têm relação direta com os/as catadores/as foram: (i) a contratação de serviços especiais para a realização da coleta convencional em comunidades de difícil acesso para os caminhões compactadores convencionais. Fato de suma relevância para que os resíduos gerados sejam acondicionados e triados da forma correta, evitando a atração de outros tipos de resíduos, ratos, baratas, entupimento das vias etc., além de gerar aumento na quantidade de resíduos que chega até os/as catadores/as; (ii) inauguração do Aterro Sanitário de Brasília. A obra foi entregue no final de 2016 e a inauguração ocorreu no início de 2017. Cumprindo a Lei 12.305/10, o local receberá apenas rejeitos, depois do tratamento realizado pelos/as catadores/as; (iii) reformulação da coleta seletiva, com base em estudo realizado em 2015 que caracterizou os resíduos das regiões administrativas do DF. Um resultado interessante desse estudo foi a constatação de que nos locais onde a população tem maior poder aquisitivo, as verticalizadas e os centros comerciais são as que mais produzem material reciclável. Com vistas à reformulação da coleta seletiva e em cumprimento à Lei 11.445/07, o SLU contratou, em maio de 2016, quatro organizações de catadores/as para a realização da coleta seletiva em cinco RA.

Sendo assim, os desafios e metas propostos com vistas a catadores foram: (i) operação do Aterro Sanitário de Brasília dentro de todas as exigências legais; (ii) construção de duas instalações para a recuperação de resíduos e a reforma de outras duas existentes; (iii) conclusão do projeto de reformulação da coleta seletiva para todo o DF até o final de 2017.

Atualmente, considerando-se que o Brasil passa por uma crise econômica, que leva à perda de empregos, as pessoas passaram a buscar formas de trabalho informal, e uma das opções é tornar-se catador/a de material reciclável.

Em 2016, houve menor índice de resíduos produzidos e consequentemente aterrados no ACJ. Vale ressaltar que essa diminuição tem relação com a retirada, a partir de julho de 2015, das viagens dos caminhões com alimentos vencidos oriundos de supermercados e shoppings. Esses resíduos eram um problema relevante que ocorria no ACJ, pois os/as

catadores/as consumiam os alimentos e até os comercializavam. Essa situação deu início a uma maré de violência no local, o que resultou no desvio dos resíduos para o Aterro Sanitário de Planaltina de Goiás, para o aterramento correto.

Os contratos e convênios sofreram aumento regular a partir de 2014 (quando eram 27). Em 2015, passaram a 43 e em 2016, já são 75. Esse aumento deveu-se à relevância das obras realizadas na atual gestão, como a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília e o encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei. A coleta seletiva finalizou com 17 RA sendo atendidas no ano de 2016, tal como em 2015.

O planejamento estratégico continuou a ser seguido na autarquia. O caminho para que os desafios propostos fossem alcançados continuava a avançar. O conceito de trabalhar com gestão por resultado é de relevância para as conquistas, pois é a partir dos resultados que se identifica a evolução nesse modo de trabalho. Logo, dentro da instituição os/as trabalhadores/as estão sempre em busca de resultados concretos. Para que isso ocorra, a autarquia cobra dos/as gestores/as os planos com o detalhamento das ações, com foco no acompanhamento e cumprimento do cronograma e nos resultados.

Em 2016, foram coletadas pelo SLU mediante a coleta seletiva, em média, 155 t/d, as quais foram destinadas a 14 organizações de catadores/as, inclusive para as 6 que ainda exerciam suas atividades no ACJ. Ao todo, 131 t/d foram encaminhadas para reciclagem. Do total de resíduos coletados no DF, 10,5% deixaram de ir para o ACJ. Vale ressaltar que o trabalho dos/as catadores/as autônomos não é contabilizado no processo.

Durante os serviços de coletas realizados em 2016 houve 268 acidentes com os garis, em função da disposição inadequada dos resíduos, dos quais 94 foram causados pelo vidro disposto nas embalagens de plástico sem as devidas proteções.

O ano de 2017 foi de suma relevância para concluir desafios e metas. A inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, em 17 de janeiro, foi um dos desafios concretizados. O cumprimento dessa meta impacta não apenas as questões referentes à PNRS como também ganha visibilidade internacional, por ser passo essencial para o encerramento das atividades do ACJ. O local tem vida útil prevista de 13,3 anos; a unidade comporta 8,13 milhões de toneladas de rejeitos.

Com a inauguração do ASB, se fez desafio e meta para 2017 o processo de construção de duas IRR e a reforma de outras duas existentes. Com isso, foram iniciadas a construção de

uma das duas IRR localizadas no PSul e a reforma e ampliação de outra, localizada no SCIA. A reformulação e ampliação da coleta seletiva em todo o DF também continuam como desafio e meta para o SLU, pois não é um processo simples, necessitando muito trabalho e articulação não apenas só do SLU como de um grande grupo de instituições do DF.

Em 2017, foram 81 os contratos e convênios vigentes. Com relação aos contratos firmados da coleta seletiva, 12 RA são atendidas pela empresa Valor Ambiental e 5 RA por organizações de catadores/as de materiais recicláveis.

Todo o material coletado por organizações de catadores/as é diretamente encaminhado para a triagem com os/as próprios/as catadores/as, em seus galpões de trabalho. Por sua vez, o material coletado pela empresa Valor Ambiental era levado diretamente para as cooperativas que exerciam suas atividades de trabalho no ACJ.

Em todos os anos de trabalho da atual gestão, o SLU promoveu e participou de diversos projetos e programas de orientação e educação ambiental, com foco na sensibilização e conscientização da população do DF com relação ao descarte adequado dos resíduos sólidos e a importância da participação dos cidadãos na manutenção da limpeza urbana, além disso a ordem de prioridade do processo é definida pela PNRS: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final dos rejeitos no ASB.

Em 5 de julho de 2017, foi publicado o Decreto 38.246, de 1º de junho de 2017, que diz respeito à coleta seletiva solidária no âmbito dos órgãos públicos do DF. O SLU contribuiu com a elaboração do material didático distribuído para os participantes e ministrou palestras sobre a coleta seletiva.

A contratação de cooperativas ou associações foi uma das primeiras conquistas com vistas à dignificação do trabalho dos/as catadores/as, depois houve a mudança de local de trabalho, com o encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei, ou Lixão, pois os/as catadores/as trabalhavam ao ar livre, sem nenhum tipo de proteção ou reconhecimento, sem equipamentos de segurança, ou dignidade, na presença de alto índice de violência e exposição a contaminações de diversas ordens. Com essa mudança muitas tragédias foram evitadas, como mortes, pois vários catadores/as chegavam a óbito no local, muitas vezes no horário de trabalho, seja por briga, ou aterrados sobre o lixo, pois ocorria de o caminhão despejar o lixo e não notar, por falta de iluminação, que tinha catador/a atrás. Consequentemente, morria coberto por lixo.

Os/as catadores/as que ali atuavam não eram reconhecidos/as como trabalhadores/as efetivos, pois não tinham carteira assinada. Não trabalhavam nos estritos critérios do cooperativismo, pois não havia como consolidar verdadeiramente o sistema cooperativo no local, devido à sua estrutura aberta. Cada um trabalhava por si. Os que diziam fazer parte de alguma cooperativa pagavam uma quantia simbólica para o/a representante da cooperativa, mas não tinham vínculo formal.

No início do processo de encerramento das atividades do ACJ, o SLU, em suas reuniões, expôs a importância de se trabalhar sob os princípios cooperativistas, pois contrataria apenas cooperativas, não catadores/as, para atuar nos espaços destinados às IRR – atual local de trabalho dos/as catadores/as que atuavam no Lixão. Vale ressaltar que no decorrer do processo houve catadores/as que, por desacreditarem da atual gestão do Governo, saíram da cooperativa em que estavam filiados e, dessa forma, não participaram do processo de mudança.

Apesar de todo o avanço, há muito o que melhorar com vistas à organização das cooperativas e o serviço operacional da empresa terceirizada contratada pelo SLU. Primeiramente, devido à baixa escolaridade da quase maioria dos/as cooperados/as, há dificuldade de acesso a informação dentro do ambiente de trabalho. Sequencialmente, a presença do chorume e de rejeitos ainda é alta nas IRR alugadas. Ainda assim, a realização de contratos com cooperativas para triagem e coleta seletiva é um dos maiores avanços do SLU/DF. É a primeira vez, em Brasília, que o contrato para realização do serviço de coleta seletiva com cooperativas é firmado. Marco histórico que vem sendo estudado e estruturado para que o projeto seja concretizado com eficiência.

Capítulo 3. Universo da pesquisa

3.1. O perfil do/a catador/a de material reciclável

De acordo com Pinhel (2013, p. 29), foi nos anos 1990 que o/a catador/a passou a ter que se adaptar aos novos resíduos produzidos na sociedade a partir da intensificação do modo de produção capitalista no Brasil. Em alinhamento com essas mudanças surge um novo perfil de catador/a de material reciclável, tendo como principais atividades e habilidades específicas: (i) elevar o nível da organização, por meio da constituição de cooperativas e associações, em busca de um trabalho coletivo e construtivo. Com maior exigência quanto à habilidade de administração, gestão, planejamento, coleta seletiva, triagem, comercialização e coordenação; (ii) capacitar-se para realizar o serviço, como separação correta dos materiais por tipos, prensagem, enfardamento, armazenagem e inserção nas redes de comercialização; (iii) melhorar a qualidade dos resíduos e, conseqüentemente, de comercialização; (iv) buscar qualificações para a gestão de negócios e para a participação em programas de gerenciamento de resíduos; (v) participar do MNCR e constituir bases orgânicas, adotando seus princípios, objetivos e divulgando-os na busca da autogestão e do controle da cadeia produtiva de reciclagem; (vi) reconhecer-se como categoria profissional, conhecendo, compreendendo e valorizando suas atividades, exercendo-as com eficácia e eficiência, melhorando sua autoestima e conquistando respeito e autonomia.

As cooperativas de coleta, triagem e comercialização de resíduos são consideradas associações de pessoas que se unem voluntariamente com os mesmos objetivos de crescimento das áreas econômicas, social e cultural. Paul Singer resume que a cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidades econômicas e políticas, a cooperativa representa os/as catadores/as diante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processá-lo, agregando-lhe valor.

Apesar de no processo de encerramento das atividades irregulares do ACJ as cooperativas serem formadas voluntariamente, houve um incentivo por parte do Governo para a criação das mesmas, e catadores, para se filiarem a alguma cooperativa ou associação, pois o Governo, por lei, só pode contratar cooperativas ou associações.

Os/as catadores/as são essenciais na cadeia produtiva de reciclagem, a qual diz respeito a um processo de operações interligadas com a finalidade de reintrodução dos materiais recicláveis na cadeia produtiva. Baseado nos conceitos de Pinhel (2013, p. 30), a representação desse processo segue a seguinte linha de raciocínio: (i) segregação na fonte

geradora; (ii) logística de coleta seletiva; (iii) centrais de triagem/ IRR – Instalações de Recuperação de Resíduos; (iv) beneficiamento dos materiais; (v) reciclagem.

A partir do aumento no quantitativo de trabalhadores/as na categoria catadores/as de materiais recicláveis, houve a necessidade de criar um meio para expor as demandas do coletivo, além de poder realizar processos de tomadas de decisão em conjunto. Então, em uma perspectiva democrática de direitos, criou-se o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

3.2. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Ao final da década de 1980, de acordo com Pinhel (2013), a Organização de Auxílio Fraterno (OAF) deu início ao processo de organização dos/as catadores/as com uma cooperativa de papel e materiais recicláveis de São Paulo. Nos anos de 1990, com apoio do fórum nacional de estudos sobre a população de rua, ocorreram encontros e reuniões em diversos locais do Brasil – ocasiões em que novas parcerias foram firmadas.

O MNCR começa a surgir a partir de 1990, com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Em 2001, o 1º Congresso Nacional dos Catadores/as de Materiais Recicláveis, em Brasília, reuniu mais de 1.700 trabalhadores/as da categoria, dando início à luta por direitos em diversas regiões do Brasil.

Neste período, foi lançada a Carta de Caxias, a qual explana a situação dos/as catadores/as da América Latina e unifica a luta da categoria nos países da região. A partir da Declaração de Princípios e Objetivos, o movimento alinha suas ações para a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade de classe.

No que concerne à vida do/a catador/a, o documento presume: a coleta de recicláveis realizada por catadores/as, o pagamento pelos serviços de coleta, o controle sobre a cadeia produtiva dos recicláveis, a conquista de moradia, o acesso à saúde, à educação e às creches para suas famílias.

Com relação à gestão dos resíduos, o documento defende o fechamento dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o deslocamento dos/as catadores/as para galpões com garantia de sobrevivência mínima e digna de todos, afirma Pinhel (2013).

3.3. Organizações de catadores/as de materiais recicláveis

De acordo com documentos produzidos pelo Pró-Catador, os primeiros registros da categoria social dos/as catadores/as de materiais recicláveis no Brasil remetem a meados do século XIX – fato demonstrativo de que o segmento integra o cenário urbano no país há longo período. De modo geral, diz respeito a pessoas que encontram nessa atividade a única alternativa possível para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, ou pelo menos a mais viável, ante as restrições que lhes são infringidas pelo mercado de trabalho.

Outra característica do trabalho de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, sobretudo nos graus mais elevados de vulnerabilidade social, é a incidência de uma maior sazonalidade no desempenho das atividades, que ocorre conforme variações nos preços dos materiais recicláveis, na oferta de resíduos e, infelizmente, com maior presença de crianças e adolescentes no período de férias escolares nas cooperativas (IPEA, 2011).

Uma das problemáticas da categoria refere-se à informalidade, ou seja, sem registro oficial. Esse óbice não permite acesso a uma série de direitos trabalhistas, além de dificultar o reconhecimento pelos órgãos públicos e instituições de pesquisa. Também há o risco relacionado à saúde desses/as trabalhadores/as, pois não são assistidos por nenhum seguro social para o caso de algum acidente ou doença que lhes impossibilite realizar a atividade laborativa. Entre os riscos aos quais estão expostos alguns se destacam: a exposição ao calor, a umidade, os ruídos, a chuva, o risco de quedas, os atropelamentos, os cortes e a mordedura de animais, o contato com ratos, moscas e baratas, o mau cheiro dos gases e a fumaça que exalam dos resíduos sólidos acumulados, a sobrecarga de trabalho e levantamento de peso, as contaminações por materiais biológicos ou químicos etc. – estes, entre outros fatores, fazem com que a atividade seja considerada como insalubre em grau máximo, de acordo com a Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), exigindo cuidados especiais, com equipamentos de proteção adequada e disponibilidade de locais apropriados para o desenvolvimento da atividade (Oliveira, 2011).

De acordo com Medeiros e Macedo (2006), essa dura realidade que caracteriza as condições de trabalho do/a catador/a tem gênese na percepção de “exclusão por inclusão”, na qual o/a catador/a é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha.

Baseado em informações retiradas de relatórios internos, essa realidade é perceptível, pois a sociedade tem um olhar de preconceito sobre os/as catadores/as. Nos galpões de trabalho de reciclagem, por exemplo, os/as moradores/as em torno não concordam com a

existência e permanência dos/as catadores/as. Existe uma demanda de retirada e, inclusive, a ocorrência de crimes contra eles/as. Esse fato demonstra a posição marginal que o/a catador/a ocupa na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho devido à baixa escolaridade e pobreza. O trabalho realizado por esses/as trabalhadores/as consiste em catar, separar, transportar e acondicionar os resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem, proporcionando benefícios socioambientais à sociedade.

A organização desta categoria é importante, pois propicia aos trabalhadores capacidade de mobilização para negociarem com o poder público e outros setores da sociedade, em busca de parcerias, políticas governamentais, direitos políticos e trabalhistas. Desde o início da Revolução Industrial o cooperativismo e o associativismo são bandeiras históricas do movimento trabalhista em todo o mundo, e congregam casos de sucesso nos mais diversos setores da economia brasileira, constituindo o que recentemente passou a ser conhecido como “economia solidária” (Singer, 2002; Nagem e Silva, 2013).

3.4. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

As organizações de catadores/as de materiais recicláveis são organizadas de diferentes maneiras. Uns trabalham sozinhos ou em família; outros se organizam em associações e/ou cooperativas com o objetivo de somar força de trabalho coletivo. No que concerne ao local de trabalho, uns coletam material em rotas específicas de coleta na cidade, passando em áreas residenciais e comerciais, e depois o levam para galpões onde realizam o trabalho de coleta e triagem; outros, trabalham em lixões, onde diariamente são despejadas toneladas de lixo. Segundo Pinhel (2013), a partir do avanço dessa atividade de reciclagem e de seu reconhecimento na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) passou a ser comum encontrar catadores/as com carteira assinada, trabalhando em locais fixos de catação, separação e classificação do material reciclável. Em termos de habitação, alguns possuem residência fixa, outros vivem nas ruas ou em locais precários – por isso mudam de local constantemente. Existem ainda os que moram nos lixões, bem como os que dormem na rua ou no local de trabalho.

Em razão dos vastos conhecimentos e habilidades específicas pertinentes à identificação, coleta, separação e venda de resíduos recicláveis, o debate sobre o assunto se fez presente nas discussões da Política Nacional de Resíduos Sólidos – que coloca os/as catadores/as na posição de parceiros preferenciais na gestão de resíduos sólidos, além de os reconhecer como categoria profissional oficializada na CBO.

3.5. Por que valorizar o/a catador/a?

Com vistas ao estudo, a partir da leitura sobre Pinhel (2013), foi possível entender que o aumento da geração de resíduos e sua destinação adequada representam grandes problemas da atualidade e, por esse motivo, a atuação do/a catador/a, em conjunto com o poder público, é indispensável para um gerenciamento sustentável e seguro dos resíduos.

Segundo Pinhel (2013), a produção de resíduos é um fenômeno inevitável que ocorre em diferentes níveis, os quais oscilam de acordo com o desenvolvimento econômico, a população e suas distintas classes sociais. No Brasil, o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos se fez obrigatório em todos os municípios a partir de agosto de 2012 – este documento descreve as ações relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos, com vistas à geração, segregação, acondicionamento, coleta (convencional ou coletiva), armazenamento, transporte, tratamento, disposição final e proteção à saúde pública.

No que concerne ao gerenciamento integrado, Corrêa (2015. p. 23) coloca que o Governo tem como deveres: (i) estimular a diminuição da geração de resíduos; (ii) implementar pesquisas tecnológicas não agressivas ao ambiente e compatíveis com a realidade socioeconômica; (iii) assegurar a recuperação e descontaminação de áreas degradadas; (iv) desenvolver programas de Educação Ambiental; (v) implantar unidades de destinação final de resíduos que minimizem os impactos ambientais; (vi) fazer o controle adequado do transporte e transbordo de resíduos e materiais perigosos; (vii) adotar programas de cooperação com outras esferas de Governo; (viii) atualizar a taxa de limpeza urbana visando ao custeio da coleta e ao destino final dos resíduos sólidos domiciliares; (ix) investir na fiscalização e no controle ambiental para impedir a disposição inadequada de resíduos.

O processo de reciclagem de resíduos domiciliares em nosso país só teve início com o trabalho dos/as catadores/as. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estima que 60% do papel e papelão do país é reciclado por catadores/as, assim como 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem, o que torna o Brasil um dos maiores recicladores de alumínio do mundo. Mais de 20% dos resíduos urbanos são destinados à reciclagem. Ou seja, é perceptível que a partir do trabalho realizado pelos/as catadores/as o Estado consegue diminuir suas despesas com relação ao recolhimento dos lixos e quantidade de resíduos despejados nos aterros sanitários, além de conseguir acompanhar os decretos da PNRS.

Com vistas ao serviço que compete ao Estado, o capítulo seguinte apresentará as ações de inclusão socioeconômica e produtiva promovidas pelo Governo Federal do Distrito Federal, com prioridade aos catadores/as e filhos/as.

Como já exposto, o dia 20 de janeiro de 2018 representou um marco histórico para Brasília: o encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei. Devido a este fato, os/as catadores/as que exerciam suas atividades e meios de sobrevivência no local se sentiram desassistidos no início do processo. Por isso, necessário se fez um acompanhamento e estudo contínuo de toda a situação, para que a mudança fosse a menos traumática possível à categoria.

O marco legal da PNRS é o incentivo ao trabalho dos/as catadores de materiais recicláveis. Assim sendo, no âmbito das ações em prol do reconhecimento das demandas do MNCR, o SLU se comprometeu a ampliar o diálogo com os/as catadores/as, para escutar suas demandas e necessidades. Para tanto, realizou um levantamento das ações de inclusão socioeconômica dos/as catadores/as de materiais recicláveis do Distrito Federal, com ênfase no fechamento do Lixão.

3.6. Ações de inclusão socioeconômica dos/as catadores/as de materiais recicláveis promovidas pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

Este capítulo objetiva retratar as ações relacionadas à inclusão social dos/as catadores/as de materiais recicláveis realizadas pelo SLU de forma independente, ou em parceria com outras instituições do GDF e segmentos sociais, a partir do encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei.

A triagem dos documentos foi elaborada juntamente com os quadros sinópticos, pois à medida que íamos escrevendo as ações buscou-se fixar os documentos que as formalizam. Todo o processo ocorreu para a elaboração de um documento-síntese das ações socioeconômicas realizadas pelo SLU, ou por terceiros com a presença do SLU. A síntese foi base para a construção deste trabalho de conclusão de curso e está sendo revisada pela equipe do SLU para que seja publicada.

Os dados constantes neste trabalho e na síntese elaborada internamente foram recolhidos de forma livre pela autora, em conjunto com a equipe da autarquia. Para começar o processo, foram analisadas as memórias de reunião e documentos internos da instituição, os quais comprovam o que foi discutido e decidido em cada reunião que a equipe esteve

presente. Concomitantemente, foram lidos os relatórios de atividades anuais publicados no site oficial do SLU, bem como realizadas reuniões formais e informais com diversos membros da instituição visando recolher dados. Após a junção das informações, a autora elaborou os quadros sinóticos enquanto outras pessoas da equipe escreviam a síntese, após o término dos protótipos. Destaque-se que a síntese é repassada a toda a equipe, para possíveis contribuições individuais.

A apresentação das ações realizadas em prol da inclusão socioeconômica dos/as catadores/as do Distrito Federal, efetivadas pelo SLU em conjunto com outras instituições, será apresentada por quadros sinóticos, elaborados a partir dos seguintes documentos: plano de inclusão social, anexo II; PIS 2013; notas técnicas internas do SLU; memórias de reunião internas do SLU; Chamamento público – Jovem Candango; relatórios de atividades dos anos 2015 a 2017; termos de referências internos do SLU; contrato de triagem; relatórios informativos da Valor Ambiental; Diagnóstico de coleta seletiva/DF; modelo de proposta de coleta seletiva; portal da Câmara Legislativa; edital de compensação financeira; Decreto 37.568/16; plano de transição; Decreto 7.405/10.

Vale ressaltar que a autarquia Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal autorizou o uso dos documentos para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Primeiramente, serão apresentadas as ações desenvolvidas pelo SLU a partir de 2015, em formato de quadro sinótico, seguido de um resumo de cada ação. A compilação das ações será dividida em três partes: (i) ações desenvolvidas e dirigidas pelo SLU, ou com ampla participação do órgão; (ii) ações realizadas em conjunto com a Sedestmidh; (iii) ações desenvolvidas com parceiros.

As ações foram planejadas entre as entidades do Distrito Federal a partir do início do processo de fechamento do Lixão, objetivando garantir subsídios e postos de trabalhos a catadores após o encerramento das atividades irregulares no ACJ. Como anteriormente citado, o local era o sustento de muitos/as trabalhadores/as e nele também trabalhavam crianças e adolescentes, para os quais fez-se preciso articular propostas e ideias. Na maioria das vezes, as ações eram articuladas em conjunto entre as entidades.

Quadro 1. Quadro sinóptico das ações do SLU

Fonte: Serviço de Limpeza Urbana - DF

APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA (2015/2018)			
Fechamento do Lixão			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Diagnósticos do ACJ</i>	O SLU produziu um diagnóstico preliminar sobre o lixão	2015	SLU
<i>Instalação do GT do Lixão</i>	Foi instituído o GT, com 17 órgãos envolvidos	2015/2017	GDF
<i>Plano de intervenção</i>	GT cria o Plano de Intervenção do Encerramento das atividades irregulares do ACJ e o Escritório de Projetos (EPE) cria o Programa de Desativação	2016	EPE/SLU
<i>Plano de transição</i>	Plano de transição entre o encerramento das atividades irregulares do ACJ e a destinação final dos resíduos no Aterro Sanitário de Brasília	2016	EPE/SLU
<i>Reuniões de acompanhamento do encerramento do ACJ</i>	No decorrer do processo de articulação foram realizadas cerca de 300 reuniões entre o SLU e os/as catadores/as de materiais recicláveis	2015-2017	SLU
<i>Fechamento oficial do ACJ</i>	O ACJ teve suas atividades irregulares finalizadas oficialmente no dia 20/1/18	2018	SLU
<i>Ações de controle</i>	O Comitê “Compromisso por Brasília” é formado por instituições de abrangência nacional e internacional para acompanhar as condições de operação do Aterro Sanitário de Brasília	2018-2027	Abes; Assemæ; Aidis; Iswa; Wiego
Incremento da coleta seletiva			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Apresentação do novo modelo de coleta seletiva</i>	Novas medidas para aperfeiçoar a coleta seletiva. Dentre elas, a contratação de cooperativas/associações de catadores/a com mobilização social	2016-2017	SLU

<i>Coleta seletiva solidária nos órgãos públicos</i>	O SLU incentivou e promoveu ações para efetivar a gestão da coleta nos órgãos públicos	2017	SLU
Contratos			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Contratação das cooperativas para coleta seletiva</i>	Foram contratadas 4 cooperativas/ associações para atender 5 RA. Em 2017, foram contratadas mais 7 cooperativas, totalizando 11 contratos	2016- 2017	SLU
<i>Remuneração pelos serviços de triagem</i>	Foram contratadas 9 cooperativas/associações para realizar o serviço de triagem e manejo de resíduos sólidos urbanos	2017	SLU
<i>Ampliação do contrato de triagem</i>	Foram realizados e revisados os contratos e contratadas mais 8 cooperativas/ associações	2018	SLU
Infraestrutura e equipamentos			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Construção</i>	Foi reelaborado o projeto para a construção das IRR nas áreas das usinas do SLU situadas no P Sul e Asa Sul	2015/ 2018	SLU
	Construção de IRR no Paranoá	2017/2018	SLU
	Estudo da possibilidade de construir uma IRR na área do SLU em Sobradinho	2017/2018	SLU
<i>Reformas/ ampliação</i>	Processo de reforma nas localidades do SCIA, SIA e Brazlândia	2015/ 2018	SLU
<i>Aluguel temporário de Instalação de Recuperação de Resíduos</i>	Aluguéis de 5 IRR nas localidades SCIA, SIA A, SIA B, Saan e Ceilândia	2017/ 2018	SLU
<i>Compra de equipamentos para IRR alugados</i>	Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de equipamentos nas IRR alugadas	2017/2018	SLU
<i>Licença ambiental para os novos IRR</i>	Articulação entre o SLU, Ibram e o EPE possibilitou obter os licenciamentos ambientais dos IRR	2016/ 2017	SLU/Ibram/ EPE
Atos Normativos			

Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Grandes geradores</i>	A Lei 5.610/16 dispõe acerca da responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos não perigosos, que produzem acima de 120 litros	2016/2017	SLU
Processos formativos			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Programa Agente de Cidadania</i>	Teve como intuito organizar e ministrar as capacitações para os/as catadores/as no programa	2017	SLU/ Sedestmidh
<i>Acordos de convivência</i>	Realizou formações e criou metodologia de acordos coletivos para a mediação de conflitos em todas as IRR	2017	SLU
<i>Capacitação para implementação da coleta seletiva</i>	Realizou capacitações e acompanhamento sistemático de todas as cooperativas contratadas de coleta seletiva	2016	SLU
<i>Capacitação para prestação de contas e orientação de contratos</i>	Realizou capacitações e acompanhamento sistemático das cooperativas contratadas de triagem e coleta seletiva	2017-2018	SLU
Convênios e parcerias			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>IFB</i>	Acordo de cooperação que visa ações de elevação da escolaridade e formação técnica dos/as catadores/as	2018	SLU/IFB
<i>Sebrae</i>	Parceria para realizar assistência técnica com as cooperativas/associações nas áreas dos IRR	2018	Sebrae
<i>Senai</i>	Realizar capacitações para catadores/as nas IRR	2018	SLU/ SENAI
<i>Universidade de Brasília</i>	Acordo de cooperação para a realização de ações entre a UnB e o SLU	2018	SLU/UnB
Participação em Fóruns, Seminários e Audiências Públicas			
Título da Ação	Descrição	Período de realização	Órgão Responsável
<i>Fórum Lixo e Cidadania</i>	O SLU participou de debates sobre a questão dos Resíduos e dos/as catadores/as no fórum	2016	Movimento Nossa Brasília/

			Inesc
<i>Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Plano Distrital de Saneamento Básico</i>	O SLU participou da elaboração dos planos; as cooperativas participaram das pré audiências realizadas e fizeram a gravimetria	2017	Adasa/SLU/ Caesb/GDF/ Novacap
<i>3º Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil</i>	O SLU participou do seminário promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho	2016	TST
<i>Audiência - Trabalho infantil</i>	Audiência pública relacionada à ação civil pública da erradicação do trabalho infantil dentro do ACJ	2016	GT do Lixão
<i>Workshop "Mobilizar e Articular a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente"</i>	Objetivou mobilizar diversas organizações em prol da proteção integral de crianças e adolescentes.	2015	Valor Ambiental/ SLU
<i>Audiência Pública Situação dos catadores do DF</i>	O SLU participou da audiência para esclarecer as ações do órgão	2018	Sema/ Sedestmidh/ SLU/ Defensoria Pública da União e representantes da categoria
Atendimentos			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>I-Catador</i>	Espaço no ACJ usado para articular, monitorar e informar sobre as ações previstas para o fechamento do ACJ	2017	SLU
<i>Atendimento psicossocial</i>	Realiza-se acompanhamento familiar com os/as catadores/as por acidente fatal	2015-2018	SLU
Relatórios e balanços dos resultados alcançados			

Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Relatórios de atividades anuais</i>	O SLU elabora anualmente relatórios de atividades referentes a todas as ações do órgão	2015-2018	SLU

As ações apresentadas no Quadro 1, a seguir descritas, integraram todo o processo de diálogo com os/as catadores/as e outras autarquias para a viabilização do encerramento das atividades irregulares do ACJ com o maior percentual de conquistas por direitos à categoria de catador/a. Para tanto, desde 2015 o SLU se engajou no estudo de como concretizar a ação da melhor forma possível. Atualmente, em 2018, com as atividades irregulares do ACJ encerradas, com o funcionamento do local apenas para recebimento de entulhos e as IRR alugadas, a atual gestão continua no processo de diálogo. Entretanto, abaixo serão apresentadas as principais ações referentes a catadores de materiais recicláveis com vistas ao fechamento do Lixão.

3.7. Reconstrução histórica do processo de encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei

A seguir, será apresentada uma análise e descrição das ações descritas sinteticamente no quadro sinóptico. Este e os outros dois quadros sinóticos que contêm as ações de sócio inclusão de catadores/as, visualizados no decorrer do capítulo, foram elaborados pela autora, em conjunto com membros internos do SLU.

- **Análise documental do processo de diagnóstico das atividades irregulares que ocorriam no Aterro Controlado do Jóquei**

Em janeiro de 2015, o SLU elaborou o documento “Diagnóstico Preliminar do Lixão do Jóquei” com o intuito de averiguar o que, de fato, ocorria como atividades irregulares no espaço. Ante os resultados do estudo, foram contratados, ainda em 2015, consultores pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Os quais priorizaram os “Estudos e proposição de logística e alternativa tecnológica e institucional para os serviços de coleta seletiva”, que levantou dados sobre a coleta seletiva, triagem e destinação dos resíduos do Distrito Federal.

Também foi feito um **diagnóstico situacional dos/as catadores/as do Distrito Federal** pela Sedestmidh, por meio do Pró-Catador, que é um programa de integração e articulação das ações do Governo Federal direcionadas ao apoio e fomento a organizações produtivas dos/as catadores/as de materiais recicláveis e reutilizáveis.

De acordo com informações baseadas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de 2015, descritas no diagnóstico, grande parte dos/as catadores/as advém do Nordeste. O maior número de catadores/as localiza-se no setor SCIA e Estrutural. A maioria declara ter como renda mensal *per capita* valor inferior a R\$154,00 (cento e cinquenta e quatro reais); pouco menos da metade, 42,5%, é considerada extremamente pobre, pois declara renda mensal *per capita* de até R\$77,00 (setenta e sete reais). As famílias com crianças e adolescentes até 17 anos vivenciam uma situação mais grave: 87% são pobres, dos quais mais da metade, 51,6%, são incluídos no quadro de extrema vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, fez-se necessária a criação de um **Grupo de Trabalho do Lixão** para realizar o acompanhamento das etapas de encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei, e pensar em melhorias no tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal. Em 2015, o GT foi instituído pelo Decreto 36.437, de 2 de abril, com a finalidade de elaborar e executar o **Plano de Intervenção no Aterro Controlado do Jóquei**.

Os órgãos componentes do GT eram: I- Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal; II- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; III- Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal; IV- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal; V- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal; VI- Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal; VII- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal; VIII- Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal; IX- Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal; X - Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal; XI- Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU-DF); XII- Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis-DF); XIII- Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF); XIV- Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa-DF); XV- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb).

Essas instituições, pelo fato de uma precisar da outra para efetivar atividades com eficiência no Distrito Federal, realizaram parcerias, pesquisas e trabalho ao longo do período de processo de encerramento das atividades irregulares que ocorriam no ACJ. Considerando-se que as instituições não eram independentes, o processo de fechamento do Lixão foi de grande importância e delicadeza para o Distrito Federal. Ressalte-se que houve a participação ativa de todas as entidades, para autorização de atividades, dispensa de licenciamento, autorização de aluguel de galpão etc.

A partir do Decreto 36.528/2015, o GT articulou a **promoção de ações emergenciais, com a finalidade de minimizar as situações de risco na localidade**, tais como: (i) a proibição da disposição final de resíduos de alimentos vencidos de supermercados, hipermercados e shoppings (praças de alimentação) sem a descaracterização em uma área interna do Lixão, conhecida como “Carrefa”; (ii) a recomposição da cerca de delimitação da área do Lixão de forma ainda mais acelerada, para evitar o acesso de pessoas estranhas aos serviços; (iii) a definição da entrada de catadores/as somente com a Carteira de Identidade expedida por órgão do Distrito Federal, permitindo a entrada de pessoas apenas pela portaria principal; (iv) implementação de banheiros químicos e; (v) construção do Espaço de Convivência.

Nesse sentido, após a iniciação dessas ações o Lixão deixa de ser descontrolado e passa a ser reconhecido como **Aterro Controlado do Jóquei**.

Foi possível perceber que o Governo tem concepções concretas das demandas dos/as catadores/as, porém existem pedras no caminho das autarquias que realmente se propõem a trabalhar em favor da categoria. Algumas instituições governamentais que compunham o GT não compareciam às reuniões ou iam embora antes de seu término, e apenas assinavam a lista de presença, que era o documento comprobatório. Por vezes, representantes dos/as catadores/as tinham espaço de fala, mas pouco se tinha efetividade nas demandas exigidas por eles. Principalmente com relação à construção de mais escolas na Cidade Estrutural. A demanda é de todos, principalmente porque a educação é um direito constitucional. Creches também representam outra importante demanda dos/as catadores/as moradores da Cidade.

No **Plano de Intervenção do Encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei**, visando gerenciar os projetos prioritários do Governo de Brasília, o governador instituiu o **Escritório de Projetos Especiais (EPE)** na estrutura interna de seu próprio gabinete. O EPE reuniu as ações do Plano de Intervenção e criou o Programa de

Desativação do Aterro Controlado do Jóquei. Determinou ações para os órgãos do GT, para que fosse possível uma atuação em conjunto e alinhada para a produção de soluções eficazes e efetivas.

Uma das primeiras ações realizadas pelo SLU foi a proibição da entrada de alimentos vencidos ou a vencer, oriundos de grandes geradores do ramo de comércio de alimentos em geral. Os cerca de 70 catadores locais que atuavam com essa mercadoria foram temporariamente trabalhar em uma área na usina de Ceilândia. Posteriormente, entre eles foi realizado um levantamento de quem teria o interesse de trabalhar em alguma empresa prestadora de serviços para o SLU, ou em montar uma cooperativa ou associação para regularizar as atividades com vistas à futuras contratações. Alguns encaminharam seus currículos para as empresas prestadoras de serviços de limpeza urbana; outros, montaram uma cooperativa ou mantiveram o trabalho autônomo e uns, outra forma de geração de renda.

O processo de **desativação do “Carrefa”** foi delicado para ambas as partes, pois muitos/as catadores/as que trabalhavam no local se sustentavam com os alimentos, além de comercializá-los, ou seja, lucravam com os mantimentos. No decorrer do processo, os/as catadores/as se posicionaram contra, paralisaram o Lixão alguns dias e fizeram vários pedidos ao Governo para que a situação não voltasse a ser como era antes: sem ter o que comer. Os/as trabalhadores/as enviados temporariamente para a Ceilândia solicitaram um ônibus para o transporte. Ao final, a transferência dos catadores e dos produtos não teve sucesso, o que levou à realização de um contrato com os grandes geradores para que descaracterizassem os produtos. Nessas etapas, alguns catadores/as ficaram sem ter com o que trabalhar e muitos que entregaram o currículo não compareceram às entrevistas.

Considerado marco, a elaboração do **Plano de Transição entre o encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei e a destinação final dos resíduos no Aterro Sanitário de Brasília** teve como objetivo a garantia de condições básicas de trabalho, renda e segurança alimentar para os/as catadores/as de materiais recicláveis.

Essa questão foi efetivada a partir da inauguração do Aterro Sanitário, que passou a receber, após triagem realizada pela usina da Asa Sul, 30% dos resíduos da coleta convencional que eram encaminhados diretamente para o Lixão. Após o encerramento das atividades do Lixão, todo o material da coleta convencional é destinado ao Aterro Sanitário.

O início do processo foi conturbado, pois os/as catadores/as que trabalhavam no Lixão ainda não haviam sido remanejados para as IRR. Consequentemente, ficaram com pouco material para a triagem. Houve protesto contra, vários/as catadores/as foram até o SLU tentar alguma negociação. Como resultado, surgiram as compensações financeiras, o que fez com que os/as catadores/as ficassem mais tranquilos – mas ainda queriam os resíduos. De acordo com sua própria fala, querem e gostam de trabalhar, o que não querem é que seu material de trabalho seja retirado sem que algo de qualidade – uma coleta seletiva sem rejeitos – seja colocado em troca.

Houve **reuniões de acompanhamento e alinhamento para o encerramento das atividades irregulares no ACJ promovidas pelo SLU**. O processo de transição realizou mais de 300 reuniões com os/as catadores/as, quer na sede do SLU, quer na área administrativa, área de convivência do ACJ ou em locais das demais instituições envolvidas. Esses diálogos foram essenciais para o alinhamento das ações do Governo com a categoria. No processo de transição e construção das IRR, para que as cooperativas pudessem apresentar suas propostas, eram apresentados os cronogramas de ações.

Ao final das reuniões, quando oportuno, eram deixados painéis ilustrativos feitos com avisos, combinados, diagramas, fluxos e palavras-chave de forma lúdica em gravuras criadas no decorrer dos encontros. Durante todo o período, o SLU estruturou uma equipe para trabalhar nas ações de inclusão socioprodutiva com relação à categoria, para que sempre houvesse articulação conjunta entre as partes envolvidas. As cooperativas e associações tinham local de atendimento na sede do SLU por livre demanda ou a convite da autarquia.

Por meio da observação participante, foi possível obter a compreensão do caminho percorrido para que o processo fosse definitivamente efetivado. Muitas vezes, durante as reuniões, os membros das instituições eram ofendidos de várias formas, pois os/as catadores/as não confiavam no que lhes era dito – demonstrando poder de luta e resistência, já que muitos têm um histórico de violência. Essa circunstância fez com que cada etapa do processo fosse pensada e articulada com os mesmos.

Não havia confiança por parte dos/as catadores/as, e com razão, pois vários governos anunciaram o fechamento do Lixão mas nenhum concretizou tal meta. Foi um longo processo de diálogo para se obter um consenso e entender parte das demandas da categoria. Os/as catadores/as, sem conhecimento, não sabiam em quem acreditar, mas nunca desistiam de lutar

por seus direitos. Por vezes, houve ruído na comunicação entre as entidades governamentais, o que corroborava a catadores não acreditar no que lhes era dito.

Durante as reuniões, várias vezes os/as catadores/as nada falavam, ou repetiam sempre os mesmos questionamentos: como iria ser o trabalho a partir do fechamento do Lixão – pois queriam algo formalizado e que lhes garantisse não ficar sem ter com o que ou onde exercer suas atividades de sobrevivência. Como o Governo só dialogava por documentos formalizados, os/as catadores/as decidiram adotar a mesma postura e só aceitavam as condições propostas pelo Governo se existisse um documento que efetivamente as comprovasse, de alguma forma.

Os/as catadores/as tiveram grande dificuldade nesse processo, pois em sua maioria são analfabetos, não têm o hábito de escrever documentos formais. Por esse motivo existem as cooperativas de segunda classe, as quais ajudavam grande parte das cooperativas com relação aos seus direitos e, principalmente, com o processo de colocar as documentações das cooperativas em dia, pois era enfatizado e obrigatório que todas as cooperativas que fossem firmar contrato com o SLU apresentassem todos os documentos em dia.

O Decreto 34.329, de 30 de abril de 2013, instituiu o **Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores/as de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Distrito Federal (Ciisc)**, com a finalidade de promover a articulação e coordenação das ações da PNRS. Um dos principais resultados do diálogo do Ciisc com os/as catadores/as foi o retorno dos programas Jovem Candango e Agentes da Cidadania e a possibilidade da compensação financeira sem excluir outros auxílios, permitindo que os/as catadores/as recebam, além da compensação, outros auxílios.

Houve reuniões com participantes do Ciisc, representantes de catadores/as e Governo, os quais participaram ativamente na desativação das atividades irregulares do ACJ. Estes representantes foram escolhidos por votação realizada no dia 11/8/2016 na Escola Classe 01 – Estrutural. Dessa forma, ao final, eram 16 representantes dos catadores/as e oito do Governo.

Por meio da observação participante, conclui-se que os/as catadores/as não se interessaram pelo processo, pois era esperado, no mínimo, cerca de 300 catadores/as, tendo em vista que a eleição destinava-se a trabalhadores do Lixão. Compareceram cerca de 40 catadores/as e todos os catadores que se candidataram foram eleitos. Contudo, pode-se perceber que os/as catadores/as receiam ocupar espaço de fala, devido à pressão dos demais catadores/as para com os/as representantes.

Após todas essas ações, a **primeira previsão oficial de encerramento das atividades irregulares do ACJ** estava prevista para o dia 31 de outubro de 2017, mas foi alterada em audiência concedida pelo governador do Distrito Federal, em conjunto com representantes das associações e cooperativas de catadores/as da Estrutural das Redes de catadores/atuantes e das lideranças nacionais do MNCR. Na oportunidade, o governador propôs e se comprometeu a:

- (i) iniciar o pagamento do Programa de Compensação Financeira Temporária;
- (ii) alterar o valor pago pela prestação de serviços de triagem e contratar as cooperativas e associações que estivessem em condições de ser contratadas;
- (iii) equipar as Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR), conforme cronograma (uma das reivindicações era ter as IRR equipadas antes da mudança das organizações);
- (iv) garantir o aluguel até que as IRR definitivas ficassem prontas;
- (v) disponibilizar as coletas seletivas para as IRR e aumentar a quantidade de material conforme os novos contratos tivessem início;
- (vi) arcar com os custos da retirada e aterramento dos rejeitos;
- (vii) priorizar a contratação das organizações que atuavam no ACJ para a prestação de serviços de coleta seletiva;
- (viii) disponibilizar o retorno das cooperativas que já estavam em galpões após o fim das reformas e ampliação;
- (ix) disponibilizar assistência técnica para orientação e apoio das atividades;
- (x) manter o Ciisc para acompanhar a implantação das políticas de emancipação econômica e social dos/as catadores/as.

O contrato assinado pelos/as representantes dispõe que as cooperativas e associações se comprometeram a:

- (i) cumprir o cronograma de transferência para as IRR;
- (ii) manter registro de presença dos/as catadores/as;
- (iii) manter postura colaborativa com a assistência técnica e nas capacitações oferecidas;
- (iv) fazer gestão administrativa e operacional nas IRR;
- (v) observar o modelo de gestão;
- (vi) zelar pela manutenção dos equipamentos entregues;
- (vii) cumprir o contrato de triagem;
- (viii) responder às demandas dos executores de contrato do SLU e aos supervisores dos espaços.

Enfim, o Aterro Controlado do Jóquei teve suas atividades irregulares finalizadas oficialmente no dia 20/1/2018, conforme recomendado pela Política Nacional de Meio Ambiente – Lei de Crimes Ambientais e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No decorrer das ações de fechamento do Lixão os/as catadores/as se mantiveram descrentes das propostas do Governo, estavam com medo de não conseguir formalizar os documentos, conforme solicitado, a tempo. Essa circunstância provocou o adiamento da data prevista para o encerramento oficial das atividades irregulares do ACJ, para que as cooperativas que ali exerciam suas atividades não fossem prejudicadas com o processo. Além

disso, as IRR que estavam alugadas não poderiam ser ocupadas pelas cooperativas sem os documentos em dia. Outro ponto é o não atendimento às demandas por completo dos/as catadores/as, como a construção de creches e escolas.

É importante frisar que, mesmo com as reuniões periódicas, ocorreram ruídos na comunicação entre Governo e catador/a – por envolver política, o processo demandava muito interesse. Por isso, a dificuldade de não conseguir criar uma relação de confiança, sempre tinha um/a cidadão/ã para falar o contrário, ou enfatizar que o Governo estava mentindo e que nada aconteceria de fato.

Nesse sentido, foi criado o comitê **“Compromisso por Brasília”**, formado por instituições da sociedade civil e organizado nacional e internacionalmente para acompanhar, anualmente, as condições de operação do ACJ; acompanhar o uso e recuperação da área do local e as medidas de inclusão socioeconômica dos/as catadores/as no período de 2018 a 2027.

As seguintes instituições integram a parceria: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento Assemae; Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (Aidis); Associação Internacional de Resíduos Sólidos (Iswa); e Mulheres em Trabalhos Informais: globalizando e organizando (Wiego).

O comitê “Compromisso por Brasília” é de grande relevância para o Governo, pois seus componentes são instituições que fazem provocações para que o Governo pense e repense suas ações. Esta síntese e os quadros sinóticos utilizados como base da análise da pesquisa foi sintetizado pela autora e por terceiros a partir de um documento formal enviado por uma instituição parceira. Foi importante a formalização desse documento, principalmente em nível interno, pois os membros governamentais puderam fazer novos planejamentos de demandas – e, assim, ter a noção concreta dos programas que tiveram efetividade de fato, quais precisam ser modificados etc. Adicionalmente, o SLU pode ver em quais atividades a autarquia esteve de alguma forma presente.

- **Evolução na coleta seletiva no Distrito Federal**

No decorrer do processo de encerramento das atividades irregulares do ACJ, nos anos de 2016 e 2017 o SLU promoveu ações evolutivas na coleta seletiva do DF. Dessa forma, foi proposta a contratação de cooperativas e associações de catadores/as de materiais recicláveis

com mobilização social, além da expansão da coleta realizada por empresas em áreas containerizadas (contêiner com capacidade média de 1.000 litros para basculamento em caminhão compactador). A nova proposta de coleta seletiva foi priorizada no modelo porta a porta em áreas verticalizadas, de maior densidade e maior renda, por gerarem maior quantidade de recicláveis, e ponto a ponto em áreas de menor densidade.

Em 2015, a coleta seletiva, operacionalizada em 31 RA, foi reduzida para 23 RA no início de 2016. Contudo, ao final deste ano, apenas as 14 maiores RA do DF foram contempladas: 9 por meio de contrato com empresa terceirizada e 5 por contrato com cooperativas e associações de catadores/as de materiais recicláveis – o que representava 56% dos domicílios do DF.

Em maio de 2016, o SLU efetivou a contratação de quatro cooperativas de catadores/as para realizar o serviço de coleta seletiva com dispensa de licitação, conforme Lei Federal 11.445/2007. Esta contratação terceiriza o serviço que deveria ser realizado pelo Estado. Como várias organizações de materiais recicláveis já o realizam, o Governo as contratou para o serviço de triagem e prensagem do Distrito Federal.

Em 2018, a proposta foi ampliada e foram contratadas outras sete cooperativas, totalizando 11 contratos, atendendo a 15 RA. Quando da primeira contratação, vale ressaltar que as cooperativas e associações ainda não estavam totalmente preparadas para a gestão e operacionalização da coleta porta a porta em áreas verticalizadas, por ser um trabalho inovador. Por isso, teve início com apenas quatro contratos para parcialmente atender as regiões da Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Samambaia e Santa Maria. Na sequência, o serviço foi ampliado para as regiões de Sobradinho I, Riacho Fundo I e II, Cruzeiro Velho, Lago Norte, Lago Sul, São Sebastião, Paranoá, Itapoã e Varjão.

Em 20 de junho de 2017, nove cooperativas foram contratadas como prestadores de serviços públicos para a realização do manejo com a recepção, triagem, prensagem, enfardamento e comercialização de material reciclável. São cooperativas que já recebiam estes materiais da coleta seletiva realizada no DF, mas não eram remuneradas pela prestação dos serviços, somente pela venda dos materiais triados.

A reformulação da coleta seletiva é um processo de longa escala, pois precisa da presença de todos da sociedade, não apenas do Governo e dos/as catadores/as. Porém, os/as catadores/as têm dificuldade de entender a importância da mobilização social e criticam o

Governo com razão, pois dele deveriam vir as políticas sociais referentes à conscientização do descarte correto do lixo com base nos princípios da coleta seletiva. Com vistas a não existência dessas políticas, no edital de contratação das cooperativas está disposto um valor referente à mobilização social, para que assim a população possa melhorar a qualidade do lixo que chega até os/as catadores/as.

Pelo fato de não existir essa iniciativa por parte dos/as catadores/as e nem do Governo de uma forma efetiva, a qualidade dos resíduos sólidos urbanos que chegam até os/as trabalhadores/as é de péssima qualidade. Esse processo de reformulação da coleta seletiva foi conturbado para todos, pois as regiões foram divididas por cooperativas e cada região apresenta uma característica de resíduos. Portanto, esse fato se consolida como um problema para o trabalho dos/as catadores/as. Existem queixas diárias e contínuas com relação à qualidade dos resíduos da coleta seletiva.

- **Reformas e construções das Instalações de Recuperação de Resíduos**

Durante todo o processo, dialogado em todos os momentos com as redes² de catadores, cooperativas e associações – os quais tinham liberdade para fazer propostas formalizadas – , foram realizadas visitas às reformas e construções, para que o processo de alinhamento pudesse ser discutido e acordado entre ambas as partes.

Em 2015, foram acordados os projetos para a **construção das IRR** em área do SLU com novas adequações. Em 2017, em conjunto com três cooperativas e associações, o SLU realizou articulações com deputados distritais e obteve emendas parlamentares para construir ou reformar galpões, já ocupados, para funcionarem e exercerem suas atividades como IRR em áreas do SLU – Brazlândia, Sobradinho e Paranoá. Os projetos foram executados e concluídos com apoio do corpo técnico do SLU, que apoiou na elaboração, regularização das áreas, aprovação dos projetos, orçamento e licenciamento ambiental. Em 2018, houve o processo de construção das IRR na área da usina do SLU, situadas no setor P. Sul com Ceilândia, e outra no SCIA/Estrutural. E a construção da IRR na área da SLU na área da Asa Sul está em processo de contratação.

² São duas as cooperativas de segunda classe que têm contrato com o SLU. Elas são importantes, pois agregam cooperativas e associações e dão subsídios necessários para que os/as representantes consigam se manter atualizados nos processos. Os/as representantes são convocados para todas as reuniões, mas, devido à baixa escolaridade, não conseguem obter um entendimento concreto do que foi passado. Por isso, o processo demora a ser efetivado e precisa ser prorrogado.

O processo de negociação das reformas e construções das IRR definitivas ocorre desde 2015. Os dois primeiros projetos ativeram-se às localidades mais próximas do ACJ, no SCIA, com 170 postos de trabalho, e no SIA, com 135 postos de trabalho. A finalização das obras do SCIA está prevista para o primeiro semestre de 2018 e a do SIA ainda não teve divulgação.

Vale ressaltar que no dia 3 de julho de 2018 ocorreu a entrega da primeira IRR definitiva, do P Sul em Ceilândia.

- **Aluguel temporário das Instalações de Recuperação de Resíduos**

Em 2016, teve início a procura por galpões a serem alugados no período de transição a partir da declaração das cooperativas e associações do ACJ em seu interesse de ocupação. Nas declarações, as cooperativas e associações apresentavam o número de cooperados e associados, que totalizavam 1.316 catadores/as. O SLU buscou galpões localizados perto da Estrutural, cidade a qual o Lixão era localizado, pois os trabalhadores das IRR são catadores/as que exerciam suas atividades no local.

No primeiro momento, a busca por galpões foi acompanhada pelos representantes de quatro cooperativas. No segundo, houve problemas com o licenciamento do galpão de duas cooperativas, que atuam juntas no mesmo local, que por falta de interesse saíram do processo seletivo. As outras cinco cooperativas entraram no processo de licenciamento para aluguel dos galpões e/ou construção e/ou reforma, mas não foi possível aos representantes acompanhar o processo de aluguel dos galpões, por falta de viabilidade. No terceiro momento, quando os galpões foram alugados, houve diversas visitas técnicas, em conjunto com os/as catadores/as, para apresentar o local, pensar coletivamente sobre a estruturação do galpão, planejar onde seriam alocados os equipamentos etc.

Em 2017, foram alugadas 5 IRR nas localidades SCIA, SIA A, SIA B, Ceilândia e SAAN, a serem operadas com o material da coleta seletiva – atendendo a 8 cooperativas e associações.

Para **equipar as IRR**, alugadas e definitivas, o SLU elaborou edital para a compra de equipamentos para o parque de produção e para copa e cozinha. Os equipamentos visam propiciar melhores condições de trabalho para catadores/as e funcionários/as, tais como: empilhadeiras, esteiras, carro plataforma, contêiner, mesas, cadeiras, bebedouros, geladeiras, marmiteiro, entre outros. Por meio da articulação entre SLU e Ibram, mediada pelo EPE, foi

possível obter o **Licenciamento Ambiental Simplificado** para operação de todas as IRR alugadas. Essa mediação foi importante para a adequação das novas áreas à legislação ambiental vigente no DF.

Vale ressaltar que, no início do processo, todos/as os/as catadores/as que não estavam inseridos/as em cooperativas precisaram ir à busca de uma – pois o Governo só foi autorizado a contratar cooperativas, e não catadores/as autônomos/as. Esse processo foi importante para enfatizar a relevância do trabalho no âmbito do sistema cooperativista – tendo em vista que no Lixão elas não trabalhavam sob a ótica do cooperativismo. Na maioria das cooperativas os cooperados trabalhavam por si e pagavam um valor simbólico ao representante.

Outra questão é que no processo de fechamento do Lixão muitos/as catadores/as que participavam de cooperativas deixaram a cooperativa e foram em busca de outro trabalho, pois não acreditaram que o processo seria concretizado com direitos conquistados pelos/as catadores/as. Vale ressaltar que a maior dificuldade foi a falta de confiança dos/as catadores/as com relação ao Governo, pois devido aos ruídos na comunicação acharam que este não cumpriria a proposta de construção de galpões definitivos, e ficariam sem local de trabalho. Mesmo com a entrega dos galpões, alguns representantes de cooperativas demoraram dias, e até semanas, para assinar o contrato e de fato usufruir do local de trabalho.

- **Construção de propostas pedagógicas**

Em 2017, o SLU construiu a **proposta pedagógica do programa Agente Cidadania**, criada com o objetivo de ministrar capacitações para os/as catadores/as que estão inscritos e recebendo a bolsa do programa. As inscrições foram realizadas no ACJ e este programa foi fruto de solicitação dos representantes dos/as catadores/as no CIISC. Além de tratar sobre questões conceituais envolvendo a gestão de resíduos, os acordos setoriais e a logística reversa, foi possível abordar temas como a mobilização porta a porta.

Em 2017, foram promovidas reuniões de cunho formativo, com as cooperativas que se propuseram a ocupar as IRR, objetivando firmar **acordo de convivência** no novo local de trabalho e minimizar conflitos. Os principais pontos abordados foram: limpeza e manutenção dentro dos galpões, operação e regras de convivência.

No decorrer dessas reuniões os/as catadores/as não se importavam muito com o tema, mas quando chegaram para exercer suas atividades nas IRR não sabiam como manter o local

limpo, por exemplo. Por esse motivo, houve embates constantes com os/as trabalhadores/as para explicar o funcionamento da IRR e a importância de se manter o local organizado e limpo. Isso aconteceu devido à transição brusca com relação ao ambiente de trabalho, pois antes trabalhavam no Lixão, a céu aberto, não havia banheiro, bebedouro, chão de concreto etc., ou seja, estavam acostumados a trabalhar em contato com o lixo e não precisavam manter a higiene local. A mesma questão ocorreu com a convivência entre cooperativas que dividiam o mesmo espaço, eles não conversavam entre si, a cultura de convivência instaurada no Lixão era de violência. Ao longo do tempo, entretanto, isso mudou nas IRR: com os acordos de convivência, começaram a se comunicar e, conseqüentemente, trabalhar nos princípios do cooperativismo.

Em 2016 e em 2018, o SLU realizou **capacitação para todas as cooperativas contratadas** para exercer o serviço disposto no novo contrato de coleta seletiva. Durante a formação, foram realizadas 20 formações, com grupos de até 450 pessoas, o que dificultou sobremaneira o processo – utilizando, entre outras metodologias, dinâmicas, teatro e palestras – e abordados os diferentes aspectos do contrato, prestação de contas, vestimentas adequadas, EPI, mobilização social e educação ambiental na comunidade. Entretanto, o resultado final foi pífio!

Após essa experiência desastrosa, em 2018 houve **capacitação para a prestação de contas e orientação de contratos**, com vistas a orientar, sistematicamente, os empreendimentos a adotar medidas de controle e registro vigente, com efetivo resultado.

De acordo com Pinhel (2013), é interessante que a autogestão seja assumida pelos/as catadores, representantes das cooperativas, no intuito de superar as dificuldades com relação aos problemas administrativos. A partir de articulações estratégicas econômicas, políticas e sociais, os cooperados têm como dever buscar a independência com relação às entidades sociais, religiosas, governamentais e não governamentais, as quais dão continuidade à matriz paternalista geradora de emprego sem qualificação. Destaque-se que a relação de dependência não resolve a raiz do problema no que concerne às condições de exclusão da categoria, e nem dos resíduos no Brasil.

Objetivando elevar a escolaridade dos/as catadores/as de materiais recicláveis, para que desenvolvam e aperfeiçoem seus conhecimentos, o SLU firmou em 2018 um **acordo de cooperação técnica com o Instituto Federal de Brasília (IFB)**. O curso, a ser ministrado em

salas de aula, é de técnico em reciclagem, com duração de quatro semestres. Para os/as catadores/as analfabetos/as, será disponibilizado um curso de alfabetização.

Em processo de negociação, temos o **Termo de Cooperação Técnica com o Sebrae/DF**, que irá realizar um trabalho de cunho assistencial técnico com as cooperativas em seu dia a dia. Serão trabalhadas questões de planejamento, gestão de pessoas, gestão de produção, administrativa, cooperativismo etc. Os facilitadores do Sebrae estarão presentes nos galpões com o propósito de auxiliar a cooperativa nas tomadas de decisões.

Está firmado o **Acordo de Cooperação entre o SLU, o Senai e a Sedestmidh** para promover capacitações para os/as catadores/as que estão nas IRR, com duração de 160h (cerca de 10 meses, com um encontro por semana). Os conteúdos propostos são: atitudes pessoais, segurança no trabalho, gerenciamento de resíduos sólidos, noções de processo de produção, empreendedorismo, gestão administrativa e financeira e noções básicas de informática.

Está sendo consolidado um **acordo de cooperação com a Universidade de Brasília (UnB)** para realizar ações nas mais diversas áreas, e também projetos de pesquisa e extensão. Atualmente, junto com o Campus de Ceilândia, que dispõe de cursos direcionados à área da saúde, foi possível realizar um grande estudo de diagnóstico epidemiológico dos/as catadores/as no ACJ. O objeto desta parceria é promover pesquisas e extensão junto aos departamentos de engenharias, educação, arquitetura, comunicação e demais áreas que possuem interface com as ações do SLU.

O embate existente na consolidação dos cursos é a evasão dos/as catadores/as, pois como o processo é de longo prazo eles não têm paciência para esperar que algo mude. Até mesmo porque veem o trabalho como primordial, e se não se encontram trabalhando estão perdendo tempo e dinheiro. Porém, quando a ideia é apresentada a eles/as, inicialmente existe interesse.

- **Participação do Governo em fóruns, seminários e audiências públicas**

Promovido pela empresa terceirizada do SLU Valor Ambiental, o **Workshop “Mobilizar e articular a rede de proteção da criança e do adolescente”** foi realizado em 8/12/15 nas instalações da Associação Brasileira de Construtores (Asbraco), no SIA Sul. O evento objetivou mobilizar a participação das diversas organizações públicas e outras entidades responsáveis e/ou envolvidas com a proteção integral de crianças e adolescentes,

para que, em conjunto, pudessem refletir, debater e encaminhar ações que viessem a culminar na perspectiva de formar e/ou consolidar o trabalho em rede, para o combate à presença de crianças e adolescentes no ACJ.

Em 2016, o SLU esteve presente no **Fórum Lixo e Cidadania**, organizado pelo Movimento Nossa Brasília. Promoveu debates sobre diversas temáticas envolvendo a questão dos resíduos na cidade e dos/as catadores/as. As reuniões ocorriam, em sua maioria, na sede do Instituto Inesc ou na Cidade Estrutural, com a participação dos/as catadores/as, instituições, Governo e Sociedade Civil.

Nos anos de 2016 e 2017, foi elaborado o **Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**, que teve como apoio o comitê técnico formado pelas instituições Adasa, Novacap, Caesb, Sema e SLU. O principal papel da participação do SLU foi fornecer dados e analisar os produtos referentes aos resíduos sólidos.

No 3º **Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem**, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em Brasília, esteve presente com a finalidade de adquirir maior conhecimento sobre o assunto, para apresentar propostas efetivas no GT de combate ao trabalho infantil.

Em 9/9/16, a **audiência pública referente à ação civil pública da erradicação do trabalho infantil dentro do Aterro do Jóquei na Estrutural**. Na plateia, representantes do Cras, Creas, Sedestmidh, Valor Ambiental, Secretaria da Criança, Defensoria Pública, GDF, Conselho Tutelar, Procuradoria do DF, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, SLU, Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos. Durante a audiência, as empresas estimuladas a estabelecer ações de inclusão social e econômica com os/as catadores/as de materiais recicláveis e reutilizáveis do DF.

Em 14 de janeiro de 2017, o SLU participou da **audiência pública sobre a situação dos/as catadores/as de materiais recicláveis, a partir do encerramento das atividades irregulares que ocorriam no ACJ e o início das atividades do Aterro Sanitário de Brasília**. A reunião ocorreu na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e também tratou da regularização dos terrenos das cooperativas desses/as trabalhadores/as. Em 2 de

março de 2018, a CLDF realizou audiência pública para discutir a situação dos/as catadores/as do Distrito Federal.

- **Promoção de atendimento dos/as catadores/as no processo de encerramento das atividades irregulares do ACJ**

Foi criado um espaço de informações para os/as catadores/as no ACJ, o **I-catador**, com o objetivo de articular, monitorar e informar sobre as ações previstas para o encerramento das atividades irregulares do ACJ e a inclusão econômica e social dos/as catadores/as. O SLU, de fevereiro até agosto de 2017, realizou semanalmente atendimentos de cunho informativo e divulgou diversas oportunidades no espaço.

Desde 2015 é realizado **acompanhamento psicossocial com as famílias de catadores de materiais recicláveis** que tiveram alguma perda de ente familiar por acidente fatal. São acompanhadas, especialmente, as famílias que exerciam suas atividades de remuneração no ACJ ou nas IRR. Além do acompanhamento, o SLU busca por auxílios vulnerabilidades para essas famílias, principalmente com relação aos gastos com o enterro.

É importante destacar que o SLU não está designado a tratar dos direitos dos/as catadores/as, mas sim a Sedestmidh, haja vista que essa atribuição não compete ao SLU. Com vistas a uma abordagem humanitária, o SLU fecha parcerias com outras entidades para não deixar que os/as catadores/as fiquem desprotegidos com as iniciativas efetuadas pela instituição.

O período de consolidação do local foi de grande relevância para os/as catadores/as, pois se sentiram amparados de alguma forma. Nesse espaço, tinham a oportunidade de fala individual, pois cada um tem uma demanda específica. A questão da má convivência entre eles se destacava. A maior demanda era pertinente à oportunidade de um emprego formal, pois sentiam medo de ficar sem trabalho. Vale ressaltar que a partir desses atendimentos foram de fato consolidadas as compensações financeiras e os ruídos na comunicação diminuíram a partir da presença de membros do Governo diariamente no Lixão.

Para divulgar suas ações e prestar contas à população, desde 2014 o SLU elabora um **relatório final de atividades**, disponibilizado em seu próprio site.

- **Ações intersetoriais para a inclusão socioeconômica dos/as catadores/as do Distrito Federal realizadas pelo SLU, em conjunto com a Sedestmidh**

Quadro 2. Quadro sinóptico das ações promovidas pela Sedestmidh, com apoio do SLU
Fonte: Serviço de Limpeza Urbana - DF

AÇÕES INTERSETORIAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES DO DF			
Inserção nos programas de proteção social da Sedestmidh			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>CadÚnico</i>	Foram identificadas 1.933 famílias de catadores/as no DF, cadastradas no sistema	2018	Sedestmidh/ SLU
<i>Programa Agente Cidadania Ambiental</i>	900 catadores/as receberam R\$300,00 mensais, vinculados à capacitação de 12h/mês. Está prevista a formação de mais 600, em 2018	2017-2018	Sedestmidh/ SLU
<i>Programa de Compensação Financeira</i>	Está previsto o auxílio de R\$360,75 por mês para 1.200 catadores/as	2017-2018	Sedestmidh/ SLU
<i>Benefício Vulnerabilidade</i>	Todos os/as catadores/as que estão nos IRR estão habilitados a receber o auxílio no valor de R\$360,75 por mês	2018	Sedestmidh/ SLU
<i>Cesta Básica emergencial</i>	Estão sendo mensalmente entregues cestas básicas a todos/as os/as catadores/as dos IRR	2018	Sedestmidh/ SLU

- **Inserção dos/as catadores/as de materiais recicláveis nos programas de proteção social da Sedestmidh**

De acordo com o Plano de Inclusão Social, a inserção no **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)** foi a ação estratégica e prioritária para efetuar o cadastramento e atualização cadastral dos/as catadores/as de materiais recicláveis do Distrito Federal. Com foco nos que exercem suas atividades no ACJ e/ou na Cidade Estrutural e possuem, em sua composição familiar, crianças e/ou adolescentes, idosos e/ou pessoas com deficiência. Em março de 2018, com base em documento elaborado pela Sedestmidh, 1.933 famílias de catadores/as estão cadastradas no Distrito Federal.

Existe também o **Programa de Agente Cidadania Ambiental**, que contempla famílias de catadores/as de materiais recicláveis do Distrito Federal que vivem exclusivamente da reciclagem/catação, por meio de um auxílio de R\$300,00 (trezentos reais) mensais, vinculados à capacitação de 12h/mês. Em 2014, 2.070 famílias de catadores/as

foram beneficiadas. Durante a atual gestão do SLU, acompanhou-se o desenvolvimento do programa de janeiro a dezembro de 2017, com 900 catadores/as beneficiados.

Foi aprovada uma nova edição do programa, com prioridade para os/as catadores/as que atuam nas IRR. Com apoio do Senai, os cursos de capacitação para Agente de Recuperação de Resíduos atenderão até 700 catadores/as, com turmas de 30 a 35 alunos/as. As inscrições foram realizadas nas IRR, com apoio do SLU.

O programa não tem efetividade, os/as catadores/as participam das capacitações apenas para garantir a compensação. As primeiras capacitações foram de cunho vergonhoso, pois pessoas que não são do Governo estavam presentes para assediar moralmente os membros do Governo. Inicialmente, o local para efetivar as capacitações não era de qualidade: o áudio não chegava para todos. Com base nessa experiência sem sucesso, o Governo promoveu parcerias com instituições educacionais, para que as capacitações sejam de fato construtivas e eficazes a catadores/as.

Em paralelo ao programa acima descrito, o **Programa de Compensação Financeira Temporária** visa garantir condições mínimas de sobrevivência e capacitações para os/as catadores/as que exerciam suas atividades no ACJ. O valor é de R\$360,75 (trezentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos) por mês, com duração de até seis meses – 1.200 catadores/as com idades entre 18 e 65 anos foram contemplados.

Para poder receber o benefício, o/a catador/a obrigatoriamente precisa estar inscrito no CadÚnico e participar do processo de capacitação. A compensação financeira não será computada como renda para fins de recebimento de outros benefícios assistenciais ou previdenciários.

Em 2017, três cooperativas receberam uma ou duas parcelas do auxílio. Em 2018, o auxílio foi suspenso pela Sedestmidh para revisão. A partir do Decreto 38.402, de 10 de agosto de 2017, que regulamenta a situação do auxílio e insere o recurso na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), o recurso voltou a entrar em vigor.

A partir de observação participante, foi possível compreender que a Sedestmidh não tem uma estratégia de diálogo com os/as catadores/as. Muitas vezes, os auxílios são suspensos sem aviso prévio. Existe dificuldade de fala com os funcionários da instituição e das demais instituições vinculadas, como Creas e Cras.

Há ainda o **auxílio vulnerabilidade temporária**, que é um pagamento a catadores/as do ACJ para o período de transição ACJ/IRR – no período de até seis meses. Atualmente, em 2018, todos os/as catadores/as que trabalham nas IRR estão habilitados a receber o auxílio, cujo valor é o mesmo da compensação financeira: R\$360,75 (trezentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos) por mês. A proposta é que seja alternativo ao programa de compensação financeira.

São disponibilizadas **cestas básicas emergenciais** a catadores em algum tipo de situação de vulnerabilidade. Atualmente, a Sedestmidh entrega mensalmente cerca de 700 cestas básicas para os/as trabalhadores/as das IRR, considerando que a transição ACJ/IRR acarreta mudanças e no primeiro momento a renda não será a mesma.

3.8. Ações em prol da inclusão socioeconômica dos/as catadores/as de materiais recicláveis do Distrito Federal nas quais o SLU esteve presente como parceiro ou participante, mas não como dirigente

Quadro 3. Inserção do SLU em outras ações voltadas à categoria de catadores/as de materiais recicláveis
Fonte: Serviço de Limpeza Urbana - DF

INSERÇÃO DO SLU EM OUTRAS AÇÕES VOLTADAS À CATEGORIA			
Trabalho infantil			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
GT - Trabalho Infantil	Programa Caminhos da Cidadania. Atende cerca de 70 jovens filhos/as de catadores/as	2017	Sedestmidh/Slu
	GT formado para tratar das questões de presença de crianças, adolescentes e violações de direitos infantis nas áreas do ACJ	2015-2017	Cras/Creas/ Sedestmidh/ Valor Ambiental/ SeCriança/DPU/ GDF/Conselho Tutelar/ Procuradoria do DF/Secretaria de Educação/ Secretaria da Saúde/ Sedestmidh/IFB

<i>Acompanhamento da situação das crianças e adolescentes nas áreas do ACJ</i>	Acompanhamento da situação de crianças e adolescentes por meio de relatórios diários enviados pela Valor Ambiental.	2014-2017	SLU/Valor Ambiental
Saúde			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Desenvolvimento da saúde laboral</i>	Atendimento da UnB com a SLU para a promoção de ações para a saúde	2017-2018	UnB/SLU
<i>Saúde Coletiva - Identificação de endemias e realização de exames</i>	Diagnóstico epidemiológico dos/as catadores/as do ACJ	2017	UnB/SLU
<i>Saúde bucal de catadores/as</i>	Prevenção de câncer das mucosas bucais para catadores/as que trabalham expostos ao sol sem proteção	2016	UnB/SLU
Documentação pessoal			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Ação para a identificação de catadores/as no ACJ</i>	Ação realizada para a emissão de documentação básica a catadores/as	2015	SLU/Polícia Civil/Defensoria Pública do Distrito Federal
<i>Mutirão Ação Cidadã</i>	Ação realizada para a emissão de documentação básica a catadores/as e assistência educativa e social	2016	Slu/Sedestmidh/UnB/IFB/Defensoria Pública/Polícia Civil/Creas
Profissionalização			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Vagas no Programa Jovem Candango para filhos/as de catadores</i>	O SLU auxiliou na identificação dos jovens e encaminhou para a SeCriança, com a proposta de inserir os/as jovens no mercado de trabalho por meio do programa	2016-2018	SeCriança/SLU
Habitação			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável

<i>Habitação para catadores/as</i>	Tem por objetivo mapear catadores/as sem moradia. 41 famílias foram contempladas com o programa	2016-2017	Codhab/SLU
<i>Ação integrada para organizações de cooperativa no Noroeste</i>	O SLU participou de reuniões e disponibilizou área com tenda para a associação que se formou a partir da remoção de catadores/as do Noroeste	2016-2017	Codhab/SLU
Regularização de áreas			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>GT - Regularização de áreas</i>	O SLU participa do GT - Regularização de áreas ocupadas por associações/cooperativas de catadores/as	2015/2018	Terracap/SLU/catadores/as
Acesso à Justiça			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Projeto Fênix</i>	SLU buscou parceria para desenvolver ações de capacitação junto ao projeto	2015/2016	TJDFT
<i>IESB</i>	Articulação de assessoria jurídica para as cooperativas do ACJ	2015/2017	Iesb
<i>Defensoria Pública</i>	Articulação entre GDF e representantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, para mediar o encerramento das atividades irregulares no ACJ	2017	DPU-DF
Fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários			
Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Projeto Pró-Catador e Cataforte</i>	Integração e articulação das ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva de catadores/as. Sempre que convidado, o SLU participou de reuniões, capacitações e evento	2014-2018	MTE/Sedestmidh/FBB
<i>Funasa</i>	O SLU acompanha o processo de disponibilização de equipamentos para a rede Alternativa e Centcoop, na ordem de 8 milhões de reais	2015-2018	Funasa/SLU
Implementação e modernização das áreas do SLU			

Título da ação	Descrição	Período de realização	Órgão responsável
<i>Programa Brasília Sustentável II</i>	Em curso, o programa visa modernizar as instalações do SLU e promover ações de apoio à coleta seletiva e catadores/as	2017/2018	GDF/BID

- **Ações em prol do combate ao trabalho infantil**

Com pertinência às questões advindas da presença de crianças e adolescentes, e às derivadas violações de direitos infantis, o Ministério Público, por meio de decreto, formou um **GT de combate ao trabalho infantil no ACJ**, composto pelas instituições Slu/Cras/Creas/Sedestmidh/Empresa Valor Ambiental/Secretaria da Criança/Defensoria Pública/GDF/Conselho Tutelar/ Procuradoria do DF/Secretaria da Educação/Secretaria da Saúde.

Vale ressaltar que um dos frutos do GT foi a criação do **Programa Caminhos da Cidadania**, promovido pela Sedestmidh em 2018. O programa consiste na inserção de adolescentes de 15 a 17 anos no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, com vistas à garantir convivência social, participação cidadã e formação geral para o mercado de trabalho. Atualmente, com uma bolsa de R\$190,00 (cento e noventa reais) por mês, o projeto atende cerca de 70 jovens que foram ou são catador/a ou filhos/as de catador/a.

Em 2017, a partir de relatórios enviados pela assistente social da empresa Valor Ambiental, executora do contrato de gestão, o SLU realizou **acompanhamento da situação das crianças e adolescentes no ACJ**. Os relatórios eram enviados a todos os órgãos integrantes do GT, para que tivessem conhecimento da real situação vivenciada no local.

O SLU promoveu ações nesse âmbito, como, por exemplo, mobilizar a Sedestmidh e a Secretaria da Criança. Para dar prioridade aos filhos de catadores/as no chamamento do **Programa Jovem Candango**, adiante pormenorizado, o SLU entregou aos componentes do GT uma listagem com os dados dos interessados.

A decisão se deu a partir do estudo de quais programas existiam no DF que pudessem promover a elevação de escolaridade juntamente com algum ganho financeiro no mercado de trabalho. Assim, o jovem é estimulado a continuar na escola.

- **Ações em prol da promoção à saúde dos/as catadores/as de materiais recicláveis**

Para a identificação de endemias e realização de exames, o SLU efetivou parceria com a Secretaria de Saúde em uma estratégia conjunta com o curso de **Saúde Coletiva da Universidade de Brasília**. Em 2017, o primeiro trabalho realizado a partir da parceria foram os exames periódicos dos/as catadores/as: 19 tipos de exames em 1.200 catadores/as, das oito cooperativas que exerciam suas atividades no ACJ. Os examinados foram encaminhados às equipes da Estratégia de Saúde da Família, da Secretaria de Saúde do DF, de acordo com o endereço de moradia na Estrutural.

O segundo trabalho realizado foi o de prevenção de câncer das mucosas bucais para os/as catadores/as que exercem suas atividades ao sol e sem proteção. Como, em geral, até janeiro de 2018 cerca de 1.500 catadores/as trabalhavam no ACJ, foi realizada uma capacitação por quatro especialistas na doença e estudantes, visando analisar as mucosas internas da boca e detectar o problema. Os casos que apresentaram identificação da presença de provável câncer foram encaminhados e tratados no Hospital Regional da Asa Norte.

Promovido por professores/as do curso de Saúde Coletiva/Unb, juntamente com 17 estudantes do curso, está sendo estruturado um trabalho de **desenvolvimento da saúde laboral nas IRR**. A proposta é que mensalmente sejam realizadas atividades variadas, tais como exercícios físicos, acupuntura, meditação e contação de histórias a catadores, objetivando conhecimento da situação e planejamento de atividades eficazes e eficientes na promoção da saúde mental, além de boa convivência no local de trabalho.

- **Ações em prol da retirada de documentação pessoal**

O SLU, a Polícia Civil e a Defensoria Pública do Distrito Federal realizaram, no período de 26 de maio a 3 de junho de 2015, uma ação de identificação dos/as catadores/as no ACJ. Como resultado foram emitidas 101 carteiras de identidade e 37 encaminhamentos de certidões de nascimento e de casamento.

Em dezembro de 2016, o SLU promoveu, em conjunto com outros órgãos governamentais do Distrito Federal, um evento chamado de Ação Cidadã, para a realização de um mutirão no AJC. Uma das ações foi com a Polícia Civil, para a obtenção de documentos pessoais básicos, como carteira de identidade, por exemplo.

- **Ações em prol da elevação de escolaridade em conjunto à inserção no mercado de trabalho para os/as filhos/as dos/as catadores/as de materiais recicláveis ou catadores/as adolescentes**

Realizado pela Secretaria da Criança e Seplag, o **Programa Jovem Candango**, do Governo de Brasília, incorpora a aprendizagem à administração pública, com a promoção de consciência e fortalecimento de vínculos que garantem a integração dos jovens no mercado de trabalho. Em uma das edições, a partir de reivindicações do SLU ante as demandas explanadas pelos/as catadores/as, o programa reservou vagas para filhos/as de catadores/as.

Considerando-se que o SLU estava incentivado a combater essa atividade irregular, o SLU foi ao encontro dos catadores/as visando pesquisar se seus filhos tinham interesse em participar do programa Jovem Candango. Ressalte-se que esse processo seletivo também dependia de outras instituições, as quais, muitas vezes, não tinham as metas alinhadas com o SLU – motivo pelo qual os/as catadores/as demonstravam desconfiança quando da coleta de dados, pois relatavam já ter passado por esse processo, sem nenhum retorno efetivo.

- **Ações em prol da habitação para catadores/as de materiais recicláveis**

Com o intuito de propiciar moradia fixa a catadores que se encontravam em situação de rua, a **Companhia do Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab)** abarcou o processo iniciado pelo SLU, de priorização de vagas para a categoria no programa Morar Bem – programa criado pelo Governo, em parceria com o DF, para que pessoas com renda bruta de até dois salários mínimos possam conquistar a casa própria. Os contemplados adquirem uma construção habitacional com infraestrutura completa, rede de esgoto, ruas pavimentadas, iluminação pública, postos policiais e de saúde, instalações de internet e telefone. Ressalte-se que o programa Morar Bem é vinculado ao programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

Uma das ações em destaque foi a **verificação da situação cadastral dos/as catadores/as organizados/as em cooperativas e associações junto ao cadastro na Codhab**, objetivando mapear aqueles sem moradia ou em moradias precárias, para subsidiar a formulação de plano habitacional e melhorias habitacionais.

Entre 2016 e 2017, o SLU, a Codhab e a Sedestmidh realizaram **acompanhamento do remanejamento dos/as catadores/as que atuavam no Noroeste**. No momento em que começaram a ser construídos os prédios no local, parte das instituições se comprometeu a disponibilizar um local de trabalho e moradia para os/as catadores/as. A partir daí, tiveram que deixar a área. Durante o processo, foi disponibilizado pelo SLU, na RA - Paranoá, um

espaço com tenda e acesso a banheiros para a associação que exercia suas atividades no Noroeste.

A partir da criação de um **Grupo de Trabalho em prol da regularização das áreas ocupadas por associações e cooperativas de catadores/as, com vistas ao apoio da regularização de áreas que possuem serviços de triagem**, o SLU, em conjunto com cinco cooperativas e a Terracap, realizou reuniões para regular os espaços ocupados pelos/as catadores/as. Dentre esses espaços, está a usina de Ceilândia, a maior da América Latina, regularizada nesta gestão.

- **Ações em prol do acesso à Justiça para catadores/as de materiais recicláveis no processo de encerramento das atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei**

Por meio de um Termo de Cooperação Técnica, foi firmada **parceria com a Defensoria Pública do Distrito Federal**, para realizar ações de resolução de pendências na Justiça, ações de orientação e emissão de documentos. Uma das ações foi realizada no espaço de convivência do antigo ACJ, objetivando facilitar o acesso dos/as catadores/as.

Em 2017, foram articuladas pelo SLU, Defensoria Pública do DF, Governo do DF e representantes do MNCR reuniões para mediar o encerramento das atividades irregulares no ACJ. Também foram realizadas **reuniões de articulação com a assessoria jurídica do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb)**, com a finalidade de subsidiar apoio às cooperativas que atuavam no ACJ e estão em transição para as IRR. Apesar de não ter havido êxito direto, a proposta do SLU era reunir grupos jurídicos com apoio a catadores no processo de encerramento das atividades irregulares do ACJ.

- **Fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários**

O projeto **Pró-Catador** é um convênio firmado entre a Sedestmidh e o Ministério do Trabalho. O programa prevê ações nas áreas de capacitação, formação, assessoria técnica, incubação de cooperativas e empreendimentos sociais solidários, pesquisas e estudos sobre o ciclo de vida dos produtos e a responsabilidade compartilhada, aquisição de equipamentos, máquinas e veículos, implantação e adaptação de infraestrutura física, organização de redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores/as de materiais recicláveis e reutilizáveis.

O projeto **Cataforte III** objetiva a estruturação técnica das Redes de segunda classe, apoiadoras de catadores/as de materiais recicláveis.

Ambos os projetos estão em curso e, sempre que oportuno, o SLU participa de reuniões para acompanhamento das ações. Com a participação ativa dos/as trabalhadores/as da categoria nessas reuniões, os programas também buscam melhorias nas condições de trabalho dos/as catadores/as, com vistas à ampliação de oportunidades de inclusão social e econômica, expansão da coleta seletiva, reutilização e reciclagem.

Com relação aos equipamentos, vale discorrer acerca do processo de disponibilização de equipamentos para as associações e cooperativas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Cerca de R\$ 8 milhões (oito milhões de reais) em equipamentos às Redes de segunda classe serão entregues no âmbito do Cataforte. Durante as etapas, o SLU acompanha as reuniões e providencia os documentos necessários à aquisição dos equipamentos nas IRR.

Existe, ainda, o **Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Brasília Sustentável II (BSII)**, com possibilidade de, com contrapartida do GDF, ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este programa possui como componente a gestão dos resíduos sólidos e a inserção social dos/as catadores/as. Prevê a capacitação e assistência técnica a cooperativas e catadores/as em IRR por dois anos, programa de capacitação e assistência técnica a catadores que optarem por migrar para outros setores da economia e pagamento pelos serviços de triagem prestados pelos/as catadores/as de materiais recicláveis, com duração de cinco anos.

No entanto, o percurso de transição entre o encerramento das atividades irregulares que ocorriam no ACJ e o aluguel e construção dos galpões, foi possível compreender avanços no que toca à inserção social dos/as catadores/as de materiais recicláveis. Em 2018, o trabalho está sendo realizado em locais denominados como Instalações de Recuperação de Resíduos. Existe, em cada IRR, um gestor do SLU para efetivar o trabalho formal, como o controle de entrada e saída dos galpões, certificação da não existência de crianças, adolescentes ou animais no local de trabalho e o realce da importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPI), entre outros problemas que diariamente ocorrem e que são possíveis de ser tratados em sua raiz, pois há um funcionário de formação adequada para tal atividade.

Os/as catadores/as têm o direito de receber o INSS. A partir dos novos contratos, o Governo ressarcirá as cooperativas por tonelada triada. Adicionalmente, são ministrados cursos

de formação para os/as catadores/as, como o Agente de Recuperação de Resíduos. Por fim, durante esse processo está sendo paga a compensação financeira a catadores, para que o processo seja o menos danoso possível.

Contudo, durante o processo de diálogo e de ações realizadas em prol do encerramento das atividades do ACJ, com vistas ao futuro dos/as catadores/as e dos resíduos sólidos urbanos, o SLU buscou – e ainda está em permanente busca – por uma política de respeito ao meio ambiente. Com destaque para a separação dos resíduos sólidos urbanos, sob os conceitos da coleta seletiva, e na produtividade eficaz e eficiente, além de um trabalho digno a catadores de materiais recicláveis.

Conclusão

Por meio da análise documental e observação participante, foi possível comprovar a hipótese do trabalho, porém com algumas lacunas. O Governo do Distrito Federal ampliou o diálogo com os/as catadores/as de materiais recicláveis, contratou cooperativas e os capacitou para o alcance de conhecimento, bem como viabilizou a conquista por um local de trabalho digno aos catadores. Assim, as cooperativas que atuavam no Lixão tiveram a oportunidade de evolução no âmbito do trabalho sob os conformes do cooperativismo, ou de ingressarem no mercado de trabalho de alguma outra forma. Porém, no tocante à criação de políticas públicas em prol da proteção social a catadores, existe a necessidade de maior investimento do Governo para que, de fato, possa caminhar de acordo com as propostas dispostas na Política Nacional de Resíduos Sólidos e, assim, alcançar o gerenciamento sustentável e inclusivo dos resíduos sólidos urbanos.

Porém, tudo isso exigiu árduo trabalho de muitas pessoas do Governo e entidades relacionadas.

Em 31 de agosto de 2016, ocorreu um dos maiores golpes da história do Brasil: o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A partir de então, houve alterações na visão e prioridades governamentais. No que toca à ação de fechamento do Lixão, alguns recursos que seriam destinados à construção e reformas de IRR foram vetados.

Mesmo diante desta situação, o SLU não desistiu do desafio de encerrar as atividades irregulares do Aterro Controlado do Jóquei, frente ao que já estava posto e falado a catadores, também porque as pessoas que trabalham na instituição não abandonaram as etapas do processo. Foi muita luta e resistência constante por parte dos/as catadores/as, principalmente porque não desistiram de resistir por seus direitos. Durante as reuniões de alinhamento e acompanhamento, os/as catadores/as presentes enfatizavam que o processo era de luta e que não iriam desistir, mas sim se mobilizar para a conquista de seus anseios.

No início do processo, os/as catadores/as não confiavam no Governo. Houve uma recusa inicial: eles/as não queriam exercer suas atividades sob regras básicas de convivência e de trabalho dentro das IRR, pois no Lixão não existiam regras e a ótica do cooperativismo não era adotada – eles faziam o que queriam no local de trabalho, como fumar, beber, traficar, levar os/as filhos/as e animais de estimação, não ter hora nem dia certo para trabalhar etc., além de diversas situações de violência, como estupros e assassinatos.

Situações que precisaram ser revistas com a transição dos trabalhadores/as às IRR, local que dispõe de regras em prol do melhor desenvolvimento do trabalho do/a catador/a. Os/as catadores/as não acreditavam que poderiam ter um espaço digno de trabalho, tanto que muitos recuaram de entrar em cooperativas, mas atualmente querem retornar.

Um ponto negativo com relação à instituição é a não existência de um/uma profissional contratado/a na área de Serviço Social. Ante o contexto vivenciado, é de grande relevância o trabalho realizado pelo/a assistente social, além do que um/uma profissional da área poderia trazer ainda mais eficiência para o processo de transição, em vista do seu conhecimento sobre a sociedade, seus direitos e deveres.

Contudo, realizar a construção de políticas públicas a partir do edital de contratação é um grande avanço. Para que a catação torne-se um trabalho digno, ainda há muito o que melhorar em relação à qualidade dos resíduos sólidos e, assim, diminuir a insalubridade a qual o/a trabalhador/a é exposto. No Brasil, a falta de políticas públicas de coleta seletiva, educação ambiental e mobilização social são fatores de grande influência para esses precários resultados.

Elaborar políticas públicas de conscientização da separação do lixo é uma significativa evolução para que os resíduos sólidos, que chegam a catadores, sejam de qualidade e aproveitamento. Os/as catadores/as se queixam sobre a quantidade de rejeito, isso acontece porque a população não faz o descarte adequado de seu lixo. E não só isso, como também o local no qual o lixo é destinado e descartado. Faz-se necessário que em toda a cidade seja realizado o processo de mobilização social e implementação da coleta seletiva, com implantação de lixeiras coloridas. Deve ser obrigação do cidadão brasileiro separar seu lixo e fazer a coleta seletiva a partir da própria casa. Separar e descartar o lixo da forma correta deveria ser uma regra, bem como não jogar lixo no chão. A cidade precisa de mais lixeiras de qualidade e destinação correta.

Além disso, tal fato cumpriria uma das demandas da PNRS com relação a catadores: o incentivo ao trabalho do/a catador/a, com um material de melhor qualidade. Os princípios da economia solidária são relevantes para o processo de enfrentamento das más convivências nas IRR, motivo pelo qual a gestão incentivada pelo SLU é a ótica cooperativista – a cooperativa precisa trabalhar em conjunto para obter maior lucro, que é ao final rateado por todos os afiliados.

Este trabalho foi idealizado pela autora a partir do estágio na autarquia Serviço de Limpeza Urbana do DF. No decorrer do processo de redação, houve a oportunidade de participar diretamente da construção de uma síntese das ações realizadas na atual gestão. Assim, o desenrolar deste documento-síntese foi efetivado em conjunto com os demais integrantes da instituição – e foi a principal fonte para a organização e construção dos capítulos deste trabalho de conclusão do curso. Repassada aos integrantes do SLU, visa receber contribuições para posterior publicação.

No entanto, o principal ponto é a falta de efetividade no processo de educação ambiental para a sociedade, pois só a partir da conscientização pode-se enxergar os valores dos recursos naturais, a importância da não exploração, a possibilidade e os benefícios da reciclagem – com isso, a visibilidade do trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis seria diferente. Não precisa ser miserável para trabalhar com os resíduos sólidos urbanos, a população, por meio da educação ambiental, pode transformar a qualidade do material que chega a catadores, além de aumentar consideravelmente o tempo de vida útil do Aterro Sanitário de Brasília e dos recursos naturais, como a **água**, por exemplo. A educação ambiental é também importante para os/as catadores/as, pois são as pessoas que trabalham diretamente com os resíduos sólidos urbanos e que, muitas vezes, não têm efetivo conhecimento sobre o meio ambiente e por isso não entendem a importância da correta separação e destinação dos resíduos.

Afinal, se não fossem os/as catadores/as o que seria do processo de reciclagem no Brasil?

Referências bibliográficas

ABNT (2004). NBR 10004: Resíduos Sólidos – Classificação, p. 71. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/documentos/2234-abnt-nbr-10004/file>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>> Acesso em: 18 de março de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/politica-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm> Acesso em: 30 de novembro de 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008. Editora UFPR.

MARTINS, Andréa Cristina; COSTA, Lúcia Cortes; POCHMANN, Márcio; MANDALAZZO, Silvana Souza Netto. A necessidade de proteção aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil. Disponível em <<http://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/1553143>> Acesso em: 27 de outubro de 2017.

MAY, T. Pesquisa social. Questões, métodos e processos. 2001. Porto Alegre, Artemed. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/Pesquisa%20Social%20Quest%20F5es,%20m%E9todos%20e%20processos.pdf> Acesso em: 18 de março de 2018.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa, 2009. Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocução de procedimento. Disponível em: <
https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/nascimento_lmb_do_mar.pdf > Acesso em: 18 de março de 2018.

SANTOS, Carolina Cassia Batista. Novas modalidades de organização do trabalho: o trabalhador cooperado em Brasília-DF/Carolina Cassia Batista Santos. Campinas, SP: [s.n.], 2013. Disponível em: <
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281109/1/Santos_CarolinaCassiaBatista_D.pdf > Acesso em: 20 de setembro de 2017.

SLU/DF (2015). Minuta. XX Vem Saber. Tema: Cooperativismo. Brasília.

SLU/DF (2017). Contrato. Contratação de associação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis que atua dentro dos princípios do cooperativismo e associativismo, formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores/as de materiais recicláveis e reutilizáveis, para a prestação de serviço público de processamento de resíduos sólidos urbanos, compreendendo as atividades de recepção, triagem, prensagem, enfardamento, armazenamento e comercialização fruto desta atividade. Disponível em: < <http://www.slu.df.gov.br/licitacoes/contratos/item/2581.html> > Acesso em: 1º de dezembro de 2017.

SLU/DF (2015). Relatório dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos do Distrito Federal 2015. Brasília, março de 2016. Disponível em <
<http://www.slu.df.gov.br/images/PDF/relatoriofinal.pdf> > Acesso em: 18 de março de 2018.

SLU/DF (2016). Construindo um novo modelo de gestão dos resíduos sólidos no DF. Relatório de atividades do SLU 2016. Disponível em: <
<http://www.slu.df.gov.br/images/PDF/relatorios/Relatorio%20SLU%202016.pdf> >. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

URBANA, Serviço de Limpeza (Org.). Aterro Sanitário de Brasília. Brasília: Slide, 2016. 66 slides, coloridos. Disponível em: <
[http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/agosto_2016/Aterro_Sanitario_-
_Reuniao_Samambaia_-_junho_2016.pdf](http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/agosto_2016/Aterro_Sanitario_-_Reuniao_Samambaia_-_junho_2016.pdf) >. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/politica-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (Município). Decreto nº 7.404, de 2 de agosto de 2010. Brasília. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em: 25 de março de 2018.

ONE, Empresa Big. O que é Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. 2013. Disponível em: <
<http://www.pensamentoverde.com.br/governo/o-que-e-politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs/>>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

BRASIL. Secretaria de Governo. O Pró-Catador. 2013. Disponível em: <
<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador>>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

PINHEL, Julio Ruffin (org.). Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

MANCE, Euclides André. Série: Trocando ideias. Caderno 4 – Desenvolvimento sustentável e economia solidária. Brasília: Instituto Marista de Solidaridade, Editora Gráfica Popular, 2010.

BRASIL. Codhab. Tire as dúvidas sobre o Programa Morar Bem. 2015. Disponível em: <<http://www.codhab.df.gov.br/postagem/44>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

BRASIL. Codhab consulta 2018: Inscrição, Como consultar, Recadastramento. 2018. Disponível em: <<https://morarbem.inf.br/>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

Reisdorfer, Vitor Kochhann. Introdução ao cooperativismo. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. 106 p.: il. 28 cm.

CORRÊA, Luciara Bilhalva; MARCO, Edenara. Revista Monografias Ambientais - Remoa v. 14, n. 3, Set-Dez 2015, p.18-26 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/03.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

Anexos



Figura 3. Lixão da Estrutural



Figura 4. Acordo para a redistribuição da coleta seletiva



Figura 5. Acordo de convivência firmado



Foto 1 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jôquei – Brasília/DF (Imagem Google - 2014).

Figura 6. Imagem retirada do relatório de atividades do SLU - 2015



Figura 7. Espaço I- Catador no Lixão



Figura 8. Galpão SIA A



Figura 9. Galpão alugado Ceilândia



Figura 10. Galpão alugado SAAN



Figura 11. Galpão alugado SCIA



Figura 12. Galpão alugado SIA B



Figura 13. Equipamento de trabalho – Esteira



Figura 14. Painei Workshop "Mobilizar e Articular a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente"



Figura 16. Ação Cidadã no Lixão



Figura 15. Ação Cidadã no Lixão



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu PAULO CELSO DOS REIS GOMES, inscrito no CPF sob o nº 515.843.361-53 e no RG nº 800.925/ SSP-DF, autorizo a Aluna da Universidade de Brasília Sara Evangelista Cameiro da Silva matrícula 13/0133469, inscrita no CPF sob nº 052.083.061-07 e no RG sob nº 303.6622 SSP- DF, a ter acesso aos dados e documentos internos do Serviço de Limpeza Urbana.

Paulo Celso dos Reis Gomes
Diretor Técnico – SLU

Brasília, 19 de dezembro de 2017